JOSÉ BONIFÁCIO: MITO E HISTÓRIAS (1)

Emilia Viotti da Costa

Os estudos sôbre a emancipação política do Brasil têm dado, em sua maioria, uma grande importância ao desempenho político de José Bonifácio. Ao lado de D. Pedro aparece como o principal responsável pelos acontecimentos que culminaram na separação definitiva de Portugal. A êle atribue-se a consolidação da Independência e a manutenção da unidade nacional. Personagem histórico e herói nacional, homem e mito, aparece nos manuais didáticos como figura de destaque e é cultuado em festividades cívicas. Pequena repercussão tiveram as versões que procuraram escamotear-lhe o prestígio, ora considerando a Independência resultado da "vontade do povo", ora apontando-o como um entre muitos, ora procurando valorizar outros personagens tais como Gonçalves Lêdo, Clemente Pereira, igualmente envolvidos nos acontecimentos (2).

Cêrca de século e meio nos separam dos acontecimentos e uma vasta bibliografia surgiu em tórno do assunto (3). Na bibliografia andradina há desde panegíricos até panfletos escritos com o fito de desmoralizá-lo, composições laudatórias e libelos infamantes, discursos comemorativos, elogios históricos e sólidos estudos fartamente documentados. Visando uns à análise do processo da Independência, visando outros ao estudo biográfico de José Bonifácio, os historiadores têm descrito os acontecimentos segundo versões nem sempre coincidentes, às vêzes contraditórias. A imagem de José Bonifácio apresenta-se sob múltiplas faces. A versão

(1) Este trabalho é o desenvolvimento de uma conferência pronunciada por ocasião do segundo centenário do nascimento de José Bonifácio, no Museu Paulista, em 1963.

(2) Sôbre a diversidade de perspectiva histórica através do tempo veja-se: Adam Schaff, *Pourquoi recrite-t-on l'histoire*, Diogène, Abril-junho, 1960.

(3) Bibliografia de José Bonifácio — *Bol. Cam. Dep. Brasília* — (1): 170-215, Jan.-Jun. 1963.

andradina, no entanto, parece resistir a todos os impactos, prevalecendo na maioria das publicações o tomlouvami-nhas (4).

O objetivo deste estudo não é reconstituir os acontecimentos nem procurar avaliar qual o papel de José Bonifácio no movimento da Independência, mas estudar algumas das imagens mais significativas traçadas através do tempo: fazer a história da história de José Bonifácio, visando a compreensão de como se estruturou a imagem do herói nacional.

Filho de uma das famílias mais representativas de Santos (a fortuna de seu pai era considerada a segunda da cidade) José Bonifácio, como muitos outros jovens de seu tempo, fez seus estudos em Coimbra para onde partiu em 1783, permanecendo em Portugal até 1819. Voltando ao Brasil, seria em menos de dois anos, ministro de D. Pedro e seu envolvimento nos sucessos políticos de 1822 fizeram-no passar à História com o título de patriarca da Independência. Remonta a este período a formação da lenda andradina. Para que se possa compreender como se originaram as várias imagens sobre a participação de José Bonifácio no movimento da Independência é indispensável reconstituir os principais acontecimentos em que se envolveu nesta época, identificando-se as facções em luta e o sentido do jôgo político então travado.

Voltava ao Brasil depois de viver mais de trinta anos na Europa, a maior parte do tempo em Portugal, dedicando-se à atividades científicas e de ensino e à função administrativa (5).

(4) Sobre a historiografia andradina veja-se José Honório Rodrigues, *Vida e História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, págs. 24-47* e do mesmo autor a *Introdução das Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, 1965. Sobre a Historiografia da Independência, Emília Viotti da Costa, A Emancipação política do Brasil, in Perspectivas do Brasil, — São Paulo, Difusão Européia do Livro (no prelo).*

(5) Professor da Cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, Membro do Tribunal de Minas, e administrador das antigas minas de carvão de Buarcos e das fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e Avelar; Diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda, Superintendente das Obras de Reflorestamento nos areiais das costas marítimas, Desembargador da Relação e Casa do Pôrto, Superintendente do Rio Mondêgo e Obras Públicas de Coimbra, Diretor das obras de encanamento e serviços hidráulicos e Provedor da Finta de Maralhões (Otávio Tarquínio de Souza, *José Bonifácio, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1945, pag 48, Coleção Documentos Brasileiros*).

Para tão bem sucedida carreira, de muita valia terá sido a ajuda de altas personalidades ligadas ao governo e administração: inicialmente o duque de Lafões, tio da rainha D. Maria I, fundador da Academia de Ciências de Lisboa, que lhe propiciou uma viagem de estudos pelos principais países da Europa, durante dez anos, e, a seguir, D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, ministro de D. João VI, a cuja proteção deveu certamente a indicação para tão numerosas missões.

Chegava assim ao Brasil em 1819 aos 56 anos de idade, com o prestígio de uma longa carreira de serviços prestados à Coroa, aos quais se acrescia a defesa do território português por ocasião dos ataques das tropas de Junot quando organizou a milícia universitária, de defesa ⁽⁶⁾, prestígio reforçado pelo renome que lhe advinha das várias publicações feitas em periódicos científicos europeus sobre questões de sua especialidade: mineralogia ⁽⁷⁾.

Era natural que em 1821, desencadeada a revolução liberal, ao serem convocadas as Juntas Governativas por deliberação das Côrtes de Lisboa, fôsse José Bonifácio um dos indicados para integrá-la, ao lado de outras figuras de projeção na vida pública como o antigo governador e capitão geral João Carlos Augusto de Oyenhausen, Martim Francisco, irmão de José Bonifácio e outros representantes das várias "classes", tal como se entendiam então: a eclesiástica, a militar, a comercial, a literária e pedagógica, e a agrícola.

O movimento de 1821 no Pôrto visava a organização constitucional do país. A instalação das juntas governativas instituídas por deliberação das Côrtes portuguesas não significava uma ruptura definitiva com o passado. Tanto é assim que em São Paulo nela ingressou o antigo capitão geral. A intenção aparente era introduzir em Portugal e no Brasil o regime constitucional. As pretensões recolonizadoras ain-

(6) Enquanto José Bonifácio organizava a milícia para defender Portugal, outro personagem que com ele disputa as "glórias do movimento da Independência — Gonçalves Lêdo, recusava-se a combater alegando que não ia para o campo de batalha lutar pela liberdade dos despotas "que ainda sugam as riquezas brasileiras" (Carlos Maul, *História da Independência*, 3.^a edição, Rio de Janeiro, 1925, pág. 176).

(7) *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, coligadas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, 1965.

da não se tinham tornado claras e o movimento configurava-se como uma revolução liberal, contrária ao absolutismo e favorável à monarquia constitucional. Havia, inicialmente, inteira unanimidade entre as Côrtes de Lisboa e as juntas governativas que se instalavam em todo o país. O próprio D. João VI, obrigado a voltar a Portugal, a instâncias das Côrtes, parecia ter-se conformado com a direção constitucional do movimento.

Foi nessas condições que José Bonifácio apareceu pela primeira vez na cena política brasileira. Quando se indicaram os representantes brasileiros às Côrtes de Lisboa, a Junta Governativa de São Paulo redigiu uma série de instruções para orientar os deputados paulistas. Subscritas por todos os membros e vogais do governo provisório de São Paulo, as *Lembranças e Apontamentos* ⁽⁸⁾ têm sido, entretanto, atribuídas a José Bonifácio, por coincidirem suas linhas gerais com seus pontos de vista. Nada havia no texto que revelasse a menor intenção de Independência. Tratava apenas de firmar os princípios liberais que inspiravam, aliás, os revolucionários do Pôrto, e de garantir as regalias obtidas pelo Brasil desde a vinda da Côrte em 1808, entre as quais a autonomia administrativa, no que evidentemente divergia dos objetivos dos revolucionários portugueses, desejosos de anular as medidas liberais que permitindo ao estrangeiro o acesso direto às mercadorias brasileiras, prejudicaram aos comerciantes e produtores portugueses. Sugeriam, as *Lembranças e Apontamentos*, a instalação de um governo geral executivo no reino do Brasil, a que se submeteriam as províncias; falava na criação de colégios e de uma universidade, sugeria a fundação de “uma cidade central no interior do Brasil” com o fito de desenvolver o povoamento, fazia recomendações sobre o desenvolvimento da mineração, apresentava sugestões sobre o tratamento dos índios, e sobre a colonização; pleiteava enfim a igualdade de direitos políticos e civis. Havia nas Instruções duas observações que certamente não seriam do agrado da maioria dos proprietários paulistas: a referência à necessidade de emancipar os escravos gradualmente, e a sugestão de uma política de terras que impedisse a concentração em mãos de alguns, de imensas

(8) Otávio Tarquínio de Souza, José Bonifácio (1763-1838), Ed. José Olímpio, 1945, pág. 112.

glebas não cultivadas, recomendando que tôdas as terras doadas por sesmarias que não se achassem cultivadas, fôsem reintegradas à massa dos bens nacionais (9).

O entendimento com as Côrtes aparentemente tão promissor, ainda por ocasião da redação das instruções do Governo Provisório aos deputados, logo se revelaria inexecutível. A política nitidamente recolonizadora movida pelas Côrtes, representante dos interesses dos comerciantes e produtores portugueses prejudicados pela abertura dos portos e pela extinção dos monopólios e privilégios, provocou crescente tensão entre brasileiros e portugueses, pondo em risco o esquema conciliador com o qual sonhavam, não apenas José Bonifácio, mas as classes dominantes em geral: proprietários de terras, traficantes de escravos, "capitalistas" e funcionários administrativos, que aspiravam à monarquia dual.

Desde abril de 1821, as Côrtes declararam independentes do Rio de Janeiro os governos provinciais, subordinando-os diretamente à sua tutela. Em setembro determinava-se a transferência, para Lisboa, do Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Junta do Comércio, Casa de Suplicação e outras repartições instaladas no país por D. João VI. Logo a seguir decretava-se a volta do príncipe, nomeando-se para cada provincia um governador de armas, independente das juntas. Tomavam-se ao mesmo tempo, medidas policiais capazes de assegurar e execução das ordens, destacando-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Procurava-se ainda anular as vantagens concedidas aos comerciantes ingleses (10).

Chegados a Portugal, os deputados brasileiros não tardaram em perceber que sua bancada — uma minoria — não poderia enfrentar a maioria de deputados composta de portugueses que exibiam seu desprezo pelos "mulatos brasileiros" e não ocultavam o intuito de anular a autonomia do Brasil.

(9) Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os Deputados da Provincia às Côrtes Portuguezas para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil, in Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., II, pág. 95-114.

(10) BRASIL, Leis, Decreto de 1821 (16 de julho e 28 de dezembro).

No Brasil, os grupos políticos movimentaram-se: do Rio, Minas e São Paulo partiram petições em nome do povo denunciando as intenções recolonizadoras das Côrtes e implorando ao príncipe a sua proteção. De São Paulo viria uma longa petição cuja autoria tem sido atribuída a José Bonifácio. Pressionado pelas circunstâncias, D. Pedro, entre ser líder no Brasil ou figura secundária em Portugal, optaria pela sua permanência, desobedecendo às ordens das Côrtes.

A atitude do príncipe acirrou os ânimos levando as Côrtes a tomarem medidas drásticas. Enquanto isso, no Brasil, diversos em seus motivos, idênticos em seu propósito fundamental, os vários setores de opinião inclinavam-se para a Independência. A favor da emancipação estavam os comerciantes estrangeiros beneficiados pelos tratados de comércio que a política das Côrtes ameaçava revogar, dêles dizia um observador português, estar provado na América “serem revolucionários por excelência e inimigos do governo”, recomendando porisso que se despejasse todos os estrangeiros que não tivessem capital próprio ou indústria útil, particularmente sendo franceses ou ingleses. Na sua opinião, qualquer nação deveria temer mais um escritório inglês em seu país que tôdas as peças de artilharia (11). Ao lado destes, os fazendeiros de algodão, açúcar, os cultivadores de tabaco, e os comerciantes que, desde a abertura dos portos se beneficiavam do comércio direto, e que aspiravam ao auto governo, descontentes com as restrições remanescentes do sistema colonial: a venalidade e a precariedade da justiça real, as limitações à circulação e produção, a prioridade que gozavam os portugueses etc. Em favor da Independência atuariam a irritação dos contribuintes contra as exações fiscais da Metrópole, a dos intelectuais contra a censura real, os velhos ódios raciais entre a população mestiça e os “Branquinhos do reino” (12), a animosidade contra os privilégios que reservavam, aos portugueses, os mais altos cargos na administração e no exército, as aspirações das camadas escravas à emancipação, e a dos despossuídos que constituíam a grande maioria da população, que sonhavam com uma socie-

(11) Francisco Sierra y Mariscal, *Idéias Gerais sobre a Revolução do Brasil e suas consequências*, in *Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, XLIII-XLIV, 1931, págs. 31 e segs.*

(12) Emília Viotti da Costa, *op. cit.*

dade onde não houvessem ricos e pobres e todos fôsem iguais ⁽¹³⁾, interesses dos funcionários portugueses vindos na comitiva de D. João VI, aqui instalados com negócios e família: — motivos os mais diversos, confundem-se na luta pela Independência, que a política das Côrtes radicalizava.

A partir do Fico os sucessos precipitaram-se. O príncipe buscou apóio nos homens do país principalmente entre aquêles de reconhecida fidelidade à Corôa, que lhe ofereciam a garantia de uma solução monarquista e o apóio de um prestígio sólido. José Bonifácio, pela sua posição na sociedade e pelos serviços prestados à monarquia, pela sua experiência administrativa e conhecimentos, pareceu-lhe o mais indicado para assessorá-lo.

O momento era crítico: havia três “partidos” que se defrontavam: o “partido” português, composto principalmente de comerciantes e militares portugueses constitucionais, fiéis a Portugal, decididos a defender a União com Portugal “a custa de suas vidas e fazendas” ⁽¹⁴⁾. Analisando o comportamento dos comerciantes, diz Armitage que a classe comercial composta quase tôda de portugueses, mantinha-se fiel às Côrtes de quem esperava a restauração dos privilégios e imunidades, considerando a cada estrangeiro como um intruso. O tratado de 1810 com a Grã-Bretanha era alvo de seu vitupério. Ao lado dêstes, havia o “partido” que pretendia erigir no Brasil um nôvo govêrno monárquico, separado dos outros reinos constituído de dois parlamentos, que no dizer de Inácio Luiz Madeira de Melo compunha-se tanto de portugueses quanto de brasileiros, os mais poderosos, já em posses e já em emprêgos de representação, ligados aos “aulicos” do Rio de Janeiro, almejando uma constituição, em que como “lords” figurassem independentemente de Portugal e que porisso trabalhavam pela separação; finalmente o partido republicano, igualmente visando a independência, composto por aquêles que pelas posses e emprêgos não ombreavam com os primeiros, desejando “uma independência republicana em que figurem os naturais do país”.

(13) *Idem*, *Idem* — Sôbre o assunto veja-se ainda Carlos Guilherme Mota, *A Idéia de Revolução*, tese de Mestrado, apresentada à Cadeira de História Moderna e Contemporânea da F.F.C.L. da U.S.P., 1967.

(14) *Anals da Biblioteca Nacional*, XLIII-XLIV, (cit. in Xavier Marques, *Ensaio Histórico sôbre a Independência*, Rio de Janeiro, 1924, pág. XXVI).

Os militares liderados pelas tropas de Avilez no Rio de Janeiro e Madeira na Bahia, pretendiam obrigar o príncipe a obedecer às Côrtes. Uniam-se aos comerciantes portugueses, categoria importante em centros tradicionalmente mercantis: Salvador, Recife, São Luiz, Belém do Pará. Eram constitucionalistas à maneira das Côrtes, desejando a diminuição das prerrogativas reais, a subordinação das províncias diretamente às côrtes e a redução do Brasil à situação de colônia (15).

O partido republicano, ligado à tradição revolucionária (revolução baiana de 1798 e pernambucana de 1817) vira-se enfraquecido pelas adesões à causa monárquica. Não seriam raros os que, como Antônio Carlos, achariam normal a solução republicana em 1817 e adotariam solução monárquica em 1822. Respondendo ao libelo do *Astro da Lusitânia*, diria Antônio Carlos que um brasileiro liberal podia crer em 1817 ser necessário aderir à república e em 1822 adotar as instituições monárquicas (16).

Em 1817 a Independência só podia ser concebida em termos republicanos; para conquistá-la era preciso opor a República à Monarquia (identificada com a Metrópole). Em 1822 oferecia-se a ocasião de realizar a Independência com o apóio do príncipe, ultrajado pelas Côrtes, o que oferecia a garantia de uma revolução de cima para baixo, dispensando uma grande mobilização popular, que os proprietários e comerciantes, os altos funcionários e todos os representantes das categorias dominantes temiam. Interpretando este ponto de vista, Hipólito da Costa reconhecia a necessidade de alterar a forma de administração de Portugal e Brasil, mas ressaltava: “também não queremos uma revolução, e uma revolução será se se mudarem as bases de todo o edifício administrativo e social da Monarquia; e uma revolução tal e repentina não se pode fazer sem convulsões desastrosas, é porisso que não a desejamos” (17). O horror à democracia levaria as “elites” à solução monárquica.

(15) João Armitage, *História do Brasil* — desde o período da chegada da família de Bragança em 1808, até a Abdicação de D. Pedro I em 1831, 3.^a edição, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, pág. 45.

(16) Xavier Marques, *op. cit.*, pág. 114.

(17) *Correio Brasiliense*, XXIV, pág. 421.

O partido republicano enfraquecido diante da possibilidade de realização da Independência com o apóio do príncipe, compunha-se de elementos tidos como radicais “carbonários” “democratas” sem um programa claro, reunidos em tórno de aspirações vagas e imprecisas, não chegando a criar bases pròpriamente populares. Compunha-se de pessoas ligadas às atividades urbanas, tais como farmacêuticos, jornalistas, ourives, comerciantes, médicos, professôres e militares, alguns padres, que se reuniam em sociedades secretas, havendo um núcleo importante liderado por Lêdo, Januário da Cunha Barbosa, Alves Branco no Grande Oriente.

Distantes do povo pela sua condição de classe e pelos seus ideais, os revolucionários estavam longe de serem democratas — como eram chamados. Eram liberais; sonhando uns com o regime republicano à imitação dos demais países da América, desejando outros a monarquia constitucional, restringindo-se o poder real. Alguns como Clemente Pereira e Lêdo julgaram possível, a princípio, a união com Portugal, mantida a autonomia relativa do país ⁽¹⁸⁾.

No jornal de Januário da Cunha Barbosa e de Lêdo, elementos tidos como republicanos, liberais e democratas, poucos dias após a “ficada” de D. Pedro, escrevia-se que “O Brasil adotando o príncipe adotou o partido mais seguro: vai gozar dos bens da liberdade sem as comoções da Democracia e sem as violências da Arbitrariedade” ⁽¹⁹⁾ palavras que José Bonifácio, tido como conservador, não hesitaria em subscrever.

Em janeiro de 1822, convergem para o príncipe várias aspirações contraditórias: para os portugueses, êle representava ainda a possibilidade de manter o Brasil unido a Portugal, por via monárquica, para os brasileiros, que queriam a autonomia sem a separação definitiva, êle significava a possibilidade da monarquia dual, e para os que almejavam

(18) Veja-se o manifesto de D. Pedro aos povos do Brasil, cuja autoria é atribuída a Gonçalves Lêdo, in **BRASIL, Decretos, 1822**, págs. 125 e segs., bem como a Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, in **Documentos para a História da Independência**, Rio de Janeiro, 1923, pág. 378.

(19) Xavier Marques, op. cit., pág. 144.

a Independência total, mas temiam as agitações do povo, a possibilidade de realizar a Independência sem alteração da ordem, adotando-se a monarquia constitucional.

Os representantes da ala tida por radical, Lêdo, Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, estiveram num primeiro momento identificados a José Bonifácio, na sua adesão ao príncipe. Clemente Pereira na fala que dirigiu a D. Pedro observaria que todos aceitavam e queriam no momento o governo de D. Pedro “como remédio único da salvação contra os partidos da Independência”. Antídoto contra a independência, patrono da liberdade sem as comoções da democracia, patrono da autonomia relativa, líder do movimento separatista, era ainda o príncipe ao convocar a Constituinte.

A identidade de pontos de vista entre José Bonifácio e os elementos mais radicais não perduraria muito. Chamado para o ministério de D. Pedro a 16 de janeiro, sete dias depois do Fico, José Bonifácio logo se indispsôs com os “liberais”.

As desinteligências se evidenciaram já por ocasião da convocação do Conselho de procuradores. Constou a José Bonifácio que se pretendia desfechar um golpe reduzindo o príncipe a “simples presidente de uma Junta Provisional do Rio de Janeiro. Faziam parte da conjura negociantes e caixeiros portugueses, alguns desembargadores e oficiais do Estado Maior”. José Bonifácio começou por desconfiar do general Oliveira Alvares, ministro da guerra, e acabou determinando a prisão de vários portugueses (20).

À esta altura já não era possível alimentar ilusões quanto às intenções das Côrtes. As esperanças dos que viam no príncipe a possibilidade de manter unidos Brasil e Portugal desfaziavam-se. A tropa portuguesa sediada no Rio de Janeiro e comandada por Avilez foi obrigada a retirar-se para Portugal. Procurou-se mobilizar rapidamente os quadros políticos para a resistência. Pensou-se em convocar a Assembléa Constituinte. Não se falava ainda, claramente, em Independência (21). Para Lêdo, um dos fins da convo-

(20) Otávio Tarquínio de Souza, *op. cit.*, págs. 147, 148.

(21) Emilia Viotti da Costa, *op. cit.*

cação da Assembléia era deliberar em sessão pública sôbre as justas condições em que o Brasil deveria permanecer unido a Portugal e no mesmo espírito conciliativo, ressaltando a “união com o reino português que o Brasil deseja conservar”, expressavam-se o Senado da Câmara do Rio de Janeiro e o Conselho de Procuradores da província afirmando em 1822 que o Brasil queria a sua independência, mas “firmada sôbre a união bem entendida com Portugal” (22).

Temeroso dos “excessos” partidários, José Bonifácio relutou em convocar a Constituinte, ambicionada pela maioria, mas cedeu, ainda que a contragosto, à pressão. No Conselho de procuradores, Lêdo e Bonifácio divergiram quanto ao modo de convocação das eleições. O primeiro pretendia a eleição direta, o segundo advogava a eleição indireta, ponto de vista que acabou prevalecendo no Conselho.

A aparente unanimidade que mantivera coesos em tórno do príncipe os vários grupos, se romperia em breve.

O comentário de que José Bonifácio era contra a convocação da Constituinte, transporia os limites da camarilha governamental. Não faltaria quem espalhasse tê-lo ouvido dizer: “Hei de dar um pontapé nêstes revolucionários”, “Hei de enforçar êstes constitucionais na praça da Constituição”. Verdadeiros ou não, os boatos o antagonizariam definitivamente com o grupo “radical”. José Bonifácio buscava apóio no Apostolado, sociedade secreta que reunia figuras de relêvo e projeção no país tais como Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde marquês de Baependi, e (ligado pelo casamento à uma das famílias mais ricas do período joanino, a de Braz Carneiro Leão, e à família de Maciel da Costa, igualmente ilustre), um dos primeiros a plantar café, fazendeiro importante e político de projeção, Estevão de Rezende, marquês de Valença, genro de um dos potentados paulistas, o brigadeiro Luiz Antônio Souza Queiroz (ligado ao açúcar) do qual recebeu, por via da mulher, vultoso capital que aplicou em terras tornando-se um dos maiores fazendeiros de seu tempo e, personalidade de destaque no cenário político do primeiro reinado, José Pereira do Faro, mais tarde Barão do Rio Bonito, rico negociante, “capitalista” como se

(22) BRASIL, Lels, 1822, pág. 125 e segs.

dizia então, Belarmino Ricardo de Siqueira, fazendeiro e capitalista, José Egidio Álvares de Almeida, marquês de Santo Amaro, Maciel da Costa, feito mais tarde marquês de Queluz, Joaquim Carneiro de Campos, posteriormente marquês de Caravelas, alta personalidade ligada à côrte de D. João VI, preceptor dos filhos do conde de Linhares (23).

Era o Apostolado, no dizer de Frei Caneca, revolucionário de 1817 e de 1824, “um club de aristocratas servis”.

Desconfiando dos “anarquistas e demagogos” José Bonifácio procurou apóio nas classes conservadoras, junto aos grupos mais prestigiosos da sociedade, proprietários de terras, altos funcionários da Coroa, comerciantes, “capitalistas”, traficantes de escravos.

A medida de convocação da Constituinte, não obstante fôsse acompanhada de uma justificativa de D. Pedro, manifestando seus propósitos de manter a unidade “com tôças as outras partes da grande família portuguesa”, repercutiu como uma declaração de guerra em Portugal. Voltar atrás era impossível. A D. Pedro só restava uma possibilidade: a de proclamar a Independência do país. Diante dos acontecimentos, envolvidos nas críticas e nas acusações que em Portugal se faziam ao imperador, o ministro se capacitaria da necessidade da ruptura.

Os Andradas passariam a ser considerados traidores em Portugal e no Brasil, pelos adeptos do partido português. Um avulso, publicado em 1822 sob o título “*Refôrço patriótico ao Censor lusitano na interessante tarefa que se propôs de combater os periódicos*”, critica violentamente o príncipe D. Pedro e seus “infames conselheiros, seus pérfidos e indignos sátrapas da família dos Bonifácios” (24).

Era tarde para qualquer recuo. José Bonifácio estava na crista do movimento da Independência.

(23) Barão de Vasconcelos, Arquivo Nobiliárquico, Lausanne, Im. La Concorde MLCCCLXVIII.

(24) *Refôrço patriótico ao Censor Lusitano na interessante tarefa que se propôs de combater os periódicos*, Imp. de Vieira Serra e Carvalho, Bahia, 1822.

Com energia reprimiu o que lhe parecia “demagogia”, agitação, e abusos de liberdade, reforçando o policiamento, a espionagem visando com igual rigor aos “pés de chumbo” — portugueses suspeitos de sabotar a causa da autonomia nacional — e aos elementos subversivos da ordem, isto é, todos aquêles que lhe pareciam “demagogos”, democratas, que mais tarde na Constituinte de 1823 taxaria de “mentecaptos revolucionários que andam como em mercados públicos apregoando a liberdade” (25).

Para maior fiscalização, José Bonifácio determinou que fôsse aumentado o número de espias oficiando ao Intendente Geral da Polícia e ajudante de tropas que vigiassem o movimento de pessoas suspeitas, perturbadoras da ordem e da segurança pública, recomendando a constituição de uma comissão para examinar material suspeito apreendido (26), mandando averiguar os “escritos incendiários” aparecidos num periódico da capital: o Diário do Rio de Janeiro. Com o objetivo de coibir os que “promoviam a anarquia e a licença” submeteu a 18 de junho ao príncipe um decreto restringindo a liberdade de imprensa, criando foro especial para o julgamento dos crimes de imprensa e sugerindo que a marcha processualística obedecesse ao rito dos Conselhos Militares. Ressalvava, não obstante, sua intenção de não ofender “a liberdade” “bem entendida” da imprensa, e, de assegurar que os julgamentos se acomodassem “às formas mais liberais” (27).

Com estas medidas antagonizava-se cada vez mais com os setores radicais. Em abril de 1822, a notícia da convocação do Conselho de Procuradores provocou agitações no Rio de Janeiro e várias pessoas foram presas por ordem de José Bonifácio, na maioria portugueses e de condição modesta. Tôda a cabala, ao que parece, era dirigida contra o ministério, particularmente, contra José Bonifácio, odioso aos portugueses que lhe atribuíam a desobediência do príncipe às Côrtes de Lisboa (28). As agitações sucediam-se em

(25) Anais do Parlamento Brasileiro — Assembléa Constituinte de 1823, pág. 26.

(26) Mss. Arquivo Nacional — cx. 309.

(27) Otávio Tarquínio de Souza, *op. cit.*, pág. 170.

(28) J. de Avelar Figueira de Melo. Correspondência do Barão Wenzel de Mareschall — agente diplomático da Austria no Brasil de 1821 a 1831. RIHGB, — tomo 80, 59, Rio de Janeiro, 1917.

várias partes do país. Em São Paulo, desde maio, uma insurreição de uma parcela das tropas, contando com o apóio do ex-capitão geral Oyenhausem, indispunha Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, com outros membros da Junta Governativa. José Bonifácio, graças ao apóio de D. Pedro, conseguiu neutralizar os revoltosos. Na Bahia, as tropas de Madeira recusavam obediência ao Rio de Janeiro e só se submeteram quando contra elas foi enviada uma força comandada pelo general Pedro Labatut, contratado pelo governo em 1822. No Maranhão e Pará a luta prosseguia.

José Bonifácio mandava prender, aumentava a fiscalização, o policiamento, a repressão. O número de inimigos crescia: portugueses fiéis a Portugal, que nêle viam um traidor da causa portuguesa, liberais que viam nêle um absolutista. Até a proclamação da Independência, no entanto, o antagonismo entre José Bonifácio e os setores liberais permaneceu no segundo plano. Estavam todos associados numa obra comum: defender, das investidas das Côrtes portuguesas, a autonomia conquistada em 1808.

Não seria possível conceber a independência sem recorrer ao apóio das nações européias. Desde 1815 a Santa Aliança se organizara contra os movimentos revolucionários da Europa e da América, e era de imaginar-se uma intervenção da Santa Aliança em caso de revolução. Os interesses da Inglaterra e da França no Brasil permitiam, no entanto, esperar complacência, quando não apóio formal desses países (29). Da Áustria, líder da Santa Aliança, ligada ao Brasil pela presença da princesa Leopoldina, podia se esperar neutralidade.

Em agosto de 1822, D. Pedro lançou dois manifestos, um dirigido ao Povo do Brasil, cuja redação é atribuída a Lêdo, e outro às nações amigas, cuja autoria tem sido atribuída a José Bonifácio. Não obstante o manifesto às nações amigas ressaltasse "a decorosa união com Portugal", era virtualmente uma declaração de Independência. Logo a seguir foram nomeados os representantes brasileiros junto aos

(29) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Documentos para a História da Independência, tomo I, Rio de Janeiro, 1923, págs. 86 a 146.

governos de Londres, Paris, Washington respectivamente: Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde marquês de Barbacena, amigo de José Bonifácio, Manuel Rodrigues Garmeiro Pessoa, e Luiz Moutinho, secretário e oficial de gabinete do ministro. Procurava-se assim grangear o apoio necessário à vitória da “causa brasileira”.

Conceituado como político habilidoso pelos agentes estrangeiros no Brasil, José Bonifácio procurou conquistar-lhes a confiança e simpatia assegurando-lhes a proteção dos interesses comerciais de seus países. Ao mesmo tempo, no entanto, falava na realização de uma Confederação Americana que enfrentaria as nações européias caso estas se decidissem a intervir na América contrariando os desejos de autonomia. Em instrução dada a Antônio Manuel Correia da Câmara, nomeado consul em Buenos Aires, recomendou-lhe que fizesse sentir as “utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma Confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil para se oporem, com os outros governos da América Espanhola, aos cerebrinos manejos da política européia”. Ao mesmo tempo enviava à Rivadavia uma carta datada de 10 de junho de 1822, afirmando que os interesses de todos os governos da América, quaisquer que sejam eles, se “devem considerar homogêneos e derivados dos mesmos princípios, a saber, uma justa e firme repulsa contra as imperiosas pretensões da Europa” (30).

Muito semelhante era a linguagem que usaria com o enviado inglês Chamberlain: “O Brasil quer viver em paz e amizade com tôdas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles interfiram nos negócios internos do país. Se houver uma nação que não queira sujeitar-se a esta condição sentiremos muito, mas nem porisso nos havemos de humilhar nem submeter à sua vontade” (31).

Num ofício datado de 17 de maio de 1822, o agente diplomático austriaco no Brasil, que vinha acompanhando com particular interesse os acontecimentos políticos do

(30) Venâncio F. Neiva, *Resumo biográfico de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência do Brasil*, Pongetti, Rio de Janeiro, 1938, pág. 118.

(31) *Idem*, op. cit., pág. 139.

Brasil, tanto mais que se sentia responsável pela princesa D. Leopoldina, austríaca como êle, informava que a tendência era cada vez mais americanista e comentava: "o sr. d'Andrada vai mesmo mais longe e eu o ouvi dizer na Côrte, diante de vinte pessoas, tôdas estrangeiras, que era necessário a Grande Aliança ou Federação Americana, liberdade inteira de comércio e que se a Europa se recusasse se fechariam os portos e se adotaria o sistema da China e que se fossem atacados, suas fortalezas seriam as florestas e as montanhas..." (32).

Sonho audacioso para quem, apoiando-se nos grupos dominantes, os proprietários de terras e comerciantes estrangeiros, pretendia num país de economia tipicamente colonial, cuja única riqueza provinha da exportação de produtos tropicais, fechar os portos à Europa, seu principal mercado. Não menos contraditório seria José Bonifácio ao pleitear, nestas condições, a emancipação dos escravos, e o combate ao latifúndio improdutivo.

A política exterior de José Bonifácio provocaria descontentamento. Na Malagueta de 5 de julho de 1823, o jornalista May criticaria a orientação do govêrno. Parecia-lhe absurda a comparação do Brasil com a China. Em 1824 (10 e 26 de junho) novamente atacava a política exterior do ministro observando que os Estados Unidos e Inglaterra tinham interêsse em assegurar a independência do país e que a França, visando a solapar o comércio inglês no Brasil, não seria tão pouco favorável à recolonização. Porisso a política de José Bonifácio, procurando captar as simpatias da França e do continente europeu, da Áustria, por exemplo, deixando num plano secundário a política de amizade em relação aos Estados Unidos para onde tardara em nomear um embaixador, parecia-lhe inoportuna. Como poderia José Bonifácio admitir em seu sistema elementos da Santa Aliança? (Malagueta, 26 de junho de 1824). A "cândida conduta de sua Majestade desde o princípio" em relação a Inglaterra, contrastava com "os arreganhos e fancarias que se tem apresentado desde que João Antônio Telles foi para Viena" comentava May em tom de reprovação (33).

(32) Correspondência do Barão Wenzel de Mareschall, op. cit., (80):65.

(33) A Malagueta, 1822, tomo I, Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1945, Coleção facsimiliar de jornais antigos (direção de Rubens Borba de Morais, prefácio de Hélio Vianna), 26 de junho de 1824, pág. 4.

José Bonifácio seria contrário aos tratados de comércio que favoreciam os estrangeiros, considerando-os lesivos aos interesses nacionais, e com isso certamente alijaria a simpatia dos estrangeiros, principalmente os ingleses que contavam assegurar a posição conquistada durante a permanência da Córte portuguesa no Brasil. Confessaria mais tarde ao ministro francês no Rio de Janeiro, que todos os tratados de comércio e amizade concluídos com as potências européias eram pura tolice e que nunca os deixaria ter feito se cá estivesse (34).

Nos últimos dias de agosto chegaram notícias das últimas decisões das Córtes reduzindo o príncipe a um mero "delegado temporário do Soberano Congresso" de ação circunscrita às províncias onde exercia autoridade, "com secretários de Estado nomeados em Lisboa, que passava a ser a verdadeira sede do governo do Brasil". Ficava anulada a convocação do conselho de Procuradores e as Córtes mandavam processar "quantos houvessem procedido contra a sua política" visando especialmente a José Bonifácio "tido como o maior responsável pelo que se passava" (35).

A resposta não se fez esperar. Em 7 de setembro, tomando conhecimento das últimas novas D. Pedro proclamava oficialmente a Independência. A 19 de setembro, as Córtes tomaram medidas mais violentas considerando ilegal a convocação da Assembléia Constituinte no Brasil, condenando a processo os ministros que a tivessem assinado, e ameaçando o príncipe de exclusão na sucessão do trono português caso não voltasse dentro de um mês a Portugal, transferindo as suas atribuições a uma Regência nomeada em Lisboa, e taxando de traidor todo comandante militar que voluntariamente obedecesse ao governo do Rio de Janeiro (36).

Proclamada a independência, as hostilidades entre José Bonifácio e os radicais vieram à tona. No Grande Oriente, na ausência de José Bonifácio, (até então Grão-Mestre), D. Pedro foi feito Grão-Mestre. Alves Branco, no discurso de saudação a D. Pedro, atacava veladamente a José Boni-

(34) Francisco de Assis Barbosa, Introdução in Edgard Cerqueira Falcão, op. cit., vol. III, pág. 23.

(35) Otávio Tarquínio de Souza, op. cit., pág. 178.

(36) João Armitage, op. cit., págs. 61 e segs.

fácio, aconselhando o Imperador a afastar-se de “homens coléricos e furiosos” insinuando que suas ações se norteavam “menos por amor ao príncipe do que por prazer ao despotismo”. O rompimento era eminente: pretendia o grupo de Lêdo arrancar de D. Pedro antes de sua aclamação como imperador, um compromisso prévio com a Constituição. A isto se opôs José Bonifácio. Em torno de D. Pedro travar-se-ia a luta entre as duas tendências. Por solicitação de Lêdo, D. Pedro mandaria cessar a devassa contra os implicados na “bernarda” paulista, e soltar os prêsos. José Bonifácio ameaçou renunciar. Apoiado pelo imperador, sentindo-se mais forte investiu contra seus inimigos, fazendo saber a Lêdo (segundo informa Mareschall) que seria reprimido se insistisse na sua política. Dois dias antes da aclamação as divergências vieram a público. O grupo maçônico de José Clemente Lêdo e outros foram apupados e apedrejados por uma malta de agitadores populares, atribuindo-se a José Bonifácio a manifestação. Iniciava-se a repressão. A 21 de outubro, José Bonifácio mandou suspender a publicação do *Correio do Rio de Janeiro*, onde eram publicados artigos contrários à monarquia constitucional. João Soares Lisboa, redator do jornal, recebeu ordem de deixar o país em oito dias. Era um ataque direto ao grupo de Lêdo. João Soares Lisboa nascera em Portugal mas residia no país há mais de vinte anos. Associara-se ao grupo de Lêdo e Januário da Cunha Barbosa e ao seu lado batalhara pela convocação da Constituinte, depois de ter discordado da convocação do Conselho de Procuradores. Prêso por ordem dos Andradas, passaria depois de sôlto a fazer-lhes acirrada oposição. Hostil às tendências aristocráticas, protestaria contra a outorga de títulos.

A ordem de saída dada à João Soares Lisboa, foi a declaração de guerra entre José Bonifácio e os “radicais” (37). O Grande Oriente foi temporariamente fechado. Solicitado pelos vários grupos D. Pedro hesitava. Voltaria atrás em suas medidas mandando reabrir a maçonaria, e anulando a

(37) Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, A ação da imprensa em torno da Constituinte, Anais do II Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 1934. Hélio Vianna, Contribuição à História da Imprensa Brasileira, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945. Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

ordem de deportação de João Soares Lisboa. Quem se desgastava era o ministro que, em sinal de protesto, demitiu-se juntamente com seu irmão, a 27 de outubro de 1822.

Os choques entre os grupos políticos deram origem a um sem número de panfletos pró e contra os ministros. Nesses, eles eram apresentados como "os pais da pátria", nestes como inimigos do Povo. À frente do movimento que pretendia reintegrar os Andradas no ministério, estava Joaquim José da Rocha, rábula, dirigente do Clube da Resistência — que desempenhara importante papel por ocasião do Fico. Era dotado de grande capacidade de mobilização da opinião pública, a ponto de D. Pedro, mais tarde, ao deportá-lo juntamente com José Bonifácio, dizer, não sem certo exagêro, que bastariam os dois filhos de Rocha para amotinarem o Rio de Janeiro ⁽³⁸⁾. Por trás de tudo estava o Apostolado ⁽³⁹⁾. Entre 29 e 30 de outubro foi feito intenso trabalho de propaganda. Manifestos, proclamações, volantes foram distribuídos pelas ruas da cidade. No teatro circularam proclamações a favor de José Bonifácio. Ao mesmo tempo acusava-se os seus inimigos, em particular Joaquim Gonçalves Lêdo, de ser contra a monarquia constitucional, e estar espalhando acusações contra José Bonifácio, dando-lhe o título de déspota e inimigo da Constituição ⁽⁴⁰⁾. Em algumas províncias, surgiram representações com numerosas assinaturas em favor da reintegração dos Andradas ao ministério.

No Conselho de Estado, na sessão de 11 de novembro de 1822, Azeredo Coutinho, historiando os acontecimentos, acusava o partido "democrata", "inimigo" do trono, de tramar contra José Bonifácio, e de ser o principal responsável pelo afastamento dos ministros, então já reintegrados ⁽⁴¹⁾. Vencidos os elementos "radicais", vitoriosos José Bonifácio e o Apostolado, os depoimentos fixaram uma imagem apaixonada da luta que opunha o grupo "liberal" de Lêdo, Januário da Cunha Barbosa, Clemente Pereira e outros, tidos como "democratas" e anti-monárquicos, a José Bonifácio. É bem

(38) Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 15.

(39) Otávio Tarquínio de Souza, *op. cit.*, pág. 200

(40) Mss. Arquivo Nacional, cx. 740.

(41) Mss. Arquivo Nacional, cx. 309, doc. 18-11-1822.

verdade que aquêles, mais tarde, afastados os Andradas, se acomodariam perfeitamente à ordem monárquica, mas a versão dos primeiros tempos qualificando-os de liberais e democratas prevaleceria.

Reintegrado no ministério, José Bonifácio reprimiu violentamente seus inimigos, que via como inimigos da causa brasileira, isto é, do governo monárquico constitucional, em que ao imperador se facultava o direito de aceitar ou não a constituição que os "povos" fizessem. Em nome da ordem mandou pôr sob a fiscalização e vigilância a Francisco Xavier Ferreira, Joaquim Gonçalves Lêdo, ex-procurador, João Soares Lisboa, ex-redator do Correio do Rio de Janeiro, Brigadeiro Luiz Pereira de Nóbrega e Souza Coutinho, que servira como ministro da guerra, Clemente Pereira, ex-juiz de fora, o padre, Januário da Cunha Barbosa, e muitos outros, suspeitos aos olhos do ministro, entre os quais o padre Diogo Antônio Feijó, que mais tarde, depois da abdicação de D. Pedro, contribuiria para destituir seu antigo perseguidor da qualidade de tutor dos filhos de D. Pedro.

Romperia assim pública e definitivamente com os "radicais", não tardando a se incompatibilizar com outros setores da opinião, inclusive os próprios setores que o apoiavam: proprietários de terras e comerciantes estrangeiros.

Formado no convívio com os autores da ilustração, leitor de Montesquieu, Voltaire, e conhecedor das obras de autores clássicos, incluindo na lista de suas leituras a Tito Lívio e Virgílio, Herder, Fenelon, Buffon e St. Pierre, aderira sem o entusiasmo dos revolucionários aos princípios liberais que a burguesia francesa levantara como bandeira contra o antigo regime. De suas viagens pela Europa ficara-lhe uma triste impressão da revolução, a que se somava uma aversão não menor ao absolutismo. Os episódios sangrentos da Revolução Francesa e os quadros revolucionários da América Latina serviam-lhe de argumento para justificar suas desconfianças em relação aos governos democráticos e ao povo. Sonhava com um governo apoiado nas camadas conservadoras, democrático, nem absolutista: controlado por um dispositivo constitucional e parlamentar: uma monarquia constitucional representativa com exclusão do voto popular.

Abominava os “extremos” da República, não desejando tão pouco um governo absolutista. Porisso se oporia em 1823 ao Imperador, como se opusera anteriormente às intenções “republicanas” de Lêdo e Januário da Cunha Barbosa. Considerava o absolutismo a pior das anarquias, manifestando sua repulsa ao uso da força, afirmando que o exército devia obediência passiva, não devendo nunca se erguer contra a pátria e a constituição. As tropas que dissolveram a Assembléia em 1823 eram no seu entender “criminosas de lesa nação”. Ao mesmo tempo que abominava as formas absolutistas de governo, louvava a liberdade: “A liberdade é um bem que não se deve perder senão com o sangue” (42), afirmando que “sem liberdade nas eleições e nos votos não há sistema representativo”, “governar sem elas é querer desordens”, “é correr riscos horríveis” (43) e acentuando que “todo projeto que ataca a opinião pública não pode ter consistência duradoura” (44). Mas às voltas com a aplicação dos princípios liberais do governo representativo aos quadros brasileiros, onde se mantinha a estrutura colonial de produção baseada no braço escravo, identificando-se com os grupos representativos da ordem existente, sentiria necessidade de especificar os limites precisos da soberania do povo e da liberdade que desejava instituir.

Partindo do pressuposto de que tudo é filho dos tempos e das luzes e de que os homens são entes sensíveis e filhos das circunstâncias, e não “entes de razão ou idéias platônicas”, José Bonifácio consideraria que “a bondade de qualquer constituição é que esta seja a melhor que a nação possa e queira receber”. Entendendo-se por nação, a parcela “esclarecida” da sociedade limitada a um círculo restrito de proprietários. Numa de suas notas sobre o sistema eleitoral encontram-se os que vivem de “soldada” ao lado dos criminosos, loucos e mendigos (“os criminosos, loucos, os que vivem de soldada e mendigos não podem ser eleitores”) (45).

(42) Antologia Brasileira, organizada por Afrânio Peixoto e Constâncio Alves, 1920, pág. 175.

(43) Mss. Museu Paulista, doc. 246.

(44) Idem, doc. 228.

(45) Idéias de José Bonifácio sobre a Organização Política do Brasil, RIHGB., tomo LI, pág. 81; Mss. I.H.G.B., cx. 191, doc. 4864.

José Bonifácio tomou a defesa das palavras do Imperador, pronunciadas por ocasião da abertura da Assembléa Constituinte “espero que a Constituição que façais mereça a minha Imperial aceitação”, palavras que a ala radical considerou intromissão indébita do executivo no legislativo (46). Na Assembléa Constituinte atacaria os que “se apegam aos princípios metafísicos” sem conhecimento da “natureza humana” e que no seu entender eram responsáveis pelos horrores cometidos na França “onde as constituições nem bem aprovadas eram logo rasgadas, e na Espanha e em Portugal, nadando em sangue”; defendendo a idéia de uma constituição que “nos dê aquela liberdade de que somos capazes, aquela liberdade que faz a felicidade do Estado e não a liberdade que dura momentos e que é sempre causa e fim de terríveis desordens”. Na ocasião, não faltaria quem o refutasse argumentando que os males da França e da Espanha ou de Portugal não provinham das suas constituições, mas dos hábitos inveterados, prejuízos e apêgos às instituições passadas; não faltaria quem o exprobasse por defender com a sua política os “fautores do despotismo” ao invés de representar os interesses do povo que o elegera (47).

O antagonismo com os setores mais radicais se manifestaria outras vêzes na Assembléa em ocasiões em que José Bonifácio não hesitou em sacrificar a liberdade à ordem, como por exemplo, quando se opôs à anistia dos prêso políticos defendida por Araújo Lima e Carneiro da Cunha, ou por ocasião da discussão da questão referente à liberdade de imprensa, quando protestou contra “os escritos desorganizadores” e subversivos da ordem estabelecida, contrários “à grande causa que abraçamos e juramos” declarando-se inimigo dos que pretendiam “perturbar a ordem”. Também nesta ocasião houve quem denunciasse a falta de liberdade de imprensa, afirmando que apenas o partido ministerial (o de José Bonifácio) podia escrever o que bem entendesse, sem incômodos, enquanto os da oposição, reputados como anarquistas, desorganizadores e democratas, eram perseguidos (48).

(46) Anais da Assembléa Constituinte, Tomo I, págs. 16, 23, 25.

(47) Anais da Assembléa Constituinte, tomo I, pág. 26.

(48) Idem, op. cit., sessão de 24 de maio de 1823, tomo I, págs. 104 e segs.

Ainda em nome da ordem, José Bonifácio perseguiu a Sociedade Patriótica (49), fundada em Pernambuco, mandando sair Cipriano José Barata, elemento tido na época como radical (50), e enviando à Pernambuco Felipe Neri Ferreira com a missão de manter a tranquilidade na provincia, realizar a reunião dos partidos em prol da Independência nacional, “repelir as sedições demagógicas”, consolidar com firmeza a monarquia brasileira, e identificar as sociedades secretas regidas por “princípios carbonários” (51). Determinaria ainda às Juntas Governativas que procedessem à devassas sobre “anarquistas e demagogos” fazendo saber às autoridades subalternas que não deveriam admitir discussões às ordens legais recebidas do Imperador (52).

No diálogo dos liberais, assumira a perspectiva conservadora. Não se deve, entretanto, superestimar a divergência que o separa dos elementos tidos como liberais, nem muito menos ver nêstes últimos democratas, os representantes do povo. Analisando-se o diálogo dos Constituintes pode-se perceber que o tom geral é substancialmente o mesmo no que diz respeito à idéia de uma possível revolução que alterasse profundamente a ordem social e econômica existente. Divergiam a propósito da delimitação do poder executivo e da definição do alcance das medidas liberais, tais como a liberdade de imprensa, a anistia dos prêso políticos, liberdade de culto. A Constituinte, na sua obra frustrada pela dissolução decretada pelo Imperador em novembro de 1823, sequer chegaria a tratar da questão dos escravos. O horror à “democracia” é evidente não apenas entre os mais conservadores, mas mesmo entre os mais radicais que tomavam parte na Constituinte falando em nome do povo. As palavras de Muniz Tavares, antigo revolucionário de 1817, pronunciadas na sessão de 21 de maio de 1823 (53), poderiam definir o pensamento da maioria, pensamento que era também o de José Bonifácio: “Causa-me horror só o ouvir falar em revolução” e citando um “célebre político dos nossos tempos” afirmava: “odeio cordialmente as revoluções

(49) Mss. Arquivo Nacional, ex. 309, doc. 139.

(50) Idem, doc. 148.

(51) Mss. Arquivo Nacional, ex. 753.

(52) Mss. Arquivo Nacional, ex. 753.

(53) Anais da Assembléa Constituinte 1823, tomo I, pág. 90.

e odeio-as porque amo a liberdade e o fruto ordinário das revoluções é sempre uma devastadora anarquia ou um despotismo militar crudelissimo” (54). “Nas reformas deve haver muita prudência (...). Nada se deve fazer aos saltos, mas tudo por graus como obra a natureza, dizia José Bonifácio em uma de suas notas. Em outra afirmava: “Nunca fui nem serei Realista puro, mas nem porisso me alistarei jamais debaixo das esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia. A minha Constituição não é a sua, e serei sempre o que quiserem, contanto que não seja o que eles são: nem corcunda, nem descamizado” (55).

A desconfiança em relação ao povo era tão generalizada na Assembléia, que mesmo Henriques de Rezende, antigo revolucionário de 1817, acusado ainda em 1823 de republicanismo, fazia questão de declarar-se “inimigo da democracia” (56).

Para José Bonifácio, como para Antônio Carlos e Martin Francisco, a causa do Brasil era a causa da monarquia: “a única capaz de segurar o país” nas bordas do abismo das revoluções a que tendiam os “loucos inovadores”. Andrada Machado veria no soberano “a razão social, coleção das razões individuais” e no povo “o corpo que obedece à razão” (57). A partir daí estabeleceria uma distinção entre o povo (os súditos) e a nação (o soberano e os súditos) pretendendo que ao invés da expressão “soberania do povo” que lhe parecia dar margem à confusão e equívocos, se utilizasse a expressão “soberania da nação”.

Ao povo se atribuía a disposição à turbulência e à ignorância. O povo, passando de repente da escravidão para a liberdade, diria Carneiro de Campos na Assembléia: “não soubera tomar esta palavra no seu verdadeiro sentido”; “Falara-se que o “povo era soberano” e se entendera que cada cidade ou vila podia exercer atribuições de soberania. Falara-se que chegara a época da nossa regeneração” e julgara-se que “isso queria dizer que tudo devia ir abaixo”,

(54) *Idem*, op. cit., pág. 90 - *Idem*.

(55) Venâncio Neiva, *Resumo Biográfico de José Bonifácio de Andrada e Silva o Patriarca da Independência do Brasil*, Pongetti, Rio de Janeiro, 1938, pág. 249.

(56) *Anais da Assembléia Constituinte, 1823*, tomo I, pág. 94.

(57) *Idem*, op. cit., tomo I, pág. 27.

concluía afirmando que o povo “é sempre falto de luzes, vai na boa fé que lhe pregam os mal intencionados que o desencaminha (sic) para seus fins particulares”. Ficavam assim claramente marcados os limites do liberalismo. De pouco valeria o aparte de Cruz Gouveia — chamando atenção para o fato de que o povo, no qual não se tinha confiança, era aquêlê mesmo povo que fôra soberano, tanto por ocasião dos movimentos da Praça do Comércio, quando se exigira de D. João VI o juramento da Constituição, quanto posteriormente, quando se escolhera D. Pedro como líder⁽⁵⁸⁾. A maioria da Assembléia assumiria em relação ao princípio da soberania do povo a perspectiva restrita de Benjamin Constant, separando soberania da nação, do poder, identificados em Rousseau, dando ao conceito de soberania da nação uma interpretação tôda particular como o faz Andrada Machado. Para a maioria, os direitos naturais seriam segurança pessoal, liberdade individual, propriedade; a igualdade concebida como igualdade de júri, mas não de fato. Identificando a liberdade à ordem, a vontade geral do povo à da monarquia, a soberania do povo à soberania da nação, entendida as vêzes como a reunião dos súditos e do soberano, no qual êste é a cabeça e a nação o corpo que obedece, a maioria dos deputados optaria por uma solução monárquica constitucional, baseada na representação popular fundada em critério censitário, da qual ficaria excluída a maioria da população, composta de escravos, “moradores”, e agregados de fazenda. Já nas instruções a que se refere o decreto para eleições em junho de 1822 ficara bem clara pelo artigo 8 a exclusão do direito de voto aos que recebiam salários ou soldadas por qualquer meio que fôsse⁽⁵⁹⁾. Era o ponto de vista de José Bonifácio. O *Tamoio*, jornal que servia de porta-voz dos Andradas manifestava-se contrário ao sufrágio universal, considerando que a “bondade da representação nacional não será nunca a generalidade, mas sim a boa escolha”⁽⁶⁰⁾. A tal ponto chegaria a restrição à qualificação

(58) *Idem*, op. cit., tomo I, págs. 120-121.

(59) “São excluídos do voto todos aquêles que receberam salários ou soldadas, por qualquer modo que seja. Não são compreendidos nesta regra unicamente os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Real que não forem de galão branco e os administradores de fazendas rurais e fábricas” — Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., vol. II, pág. 256.

(60) *Tamoio*, introdução de Caio Prado Jr., Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, pág. 118, 23 de outubro de 1823.

de eleitores que um deputado chegou a ser eleito por Pernambuco, uma das províncias mais populosas, pelo voto de 169 pessoas (61) o que faz supor que não seria muito superior o número de votantes em outras províncias.

Mantinha-se intacto o regime escravista. Tratava-se de organizar o país segundo as normas liberais divulgadas pela Revolução Francêsa sem alterar no entanto a estrutura econômica e social, sem pôr em risco as relações de dominação tradicionalmente vigentes na sociedade. Não estava nas intenções destes “revolucionários” realizar as aspirações de outras camadas da população que sonhavam como aquê revolucionário de 1797 na Bahia, com “viver em igualdade e abundância”, longe da miséria em que se achavam, “extinta a diferença de côr branca, preta e parda” (62). Para os primeiros o objetivo fundamental era emancipar o país do jugo colonial, isto é, da subordinação à metrópole e das restrições que prejudicavam o desenvolvimento do livre comércio e marginalizavam os elementos nacionais em favor dos portugueses. Esperava-se que o soberano governasse em nome do povo e em nome do Soberano governassem as oligarquias.

O conflito entre êsses poderes é o conflito fundamental do primeiro reinado, iniciando-se em 1823 com a dissolução da Constituinte: vitória do Imperador, e terminando com a Abdicação: vitória das oligarquias em 7 de abril de 1831.

José Bonifácio, que se antagonizara com os “radicais”, perderia também rapidamente o apoio dos proprietários de terras e dos altos comerciantes. O desprezo pelos títulos de nobreza, o anti-clericalismo e a atitude de livre pensador, as idéias avançadas para o tempo e o país, relativas à mulher, e principalmente sua opinião favorável à emancipação dos escravos, alijariam o apoio dos grupos conservadores. “Porque motivo as mulheres devem obedecer às leis feitas sem sua participação e consentimento?” (63), escrevia numa de suas notas, opinião que se divulgada teria certamente provocado escândalo na sociedade tipicamente patriarcal que era a do Brasil na época.

(61) Anais da Assembléa Constituinte 1823, tomo I, pág. 33.

(62) Emilia Viotti da Costa, *op. cit.*

(63) Mss. Museu Paulista, doc. 242.

Em matéria de religião defendia uma posição liberal, advogando liberdade de culto, colocando-se nesta questão, ao lado de liberais: Vergueiro, Custódio Dias e outros, assumindo posição oposta à de Muniz Tavares, Silva Lisboa, Azeredo Coutinho para quem a liberdade de religião parecia um atentado a ordem católica existente no Brasil (64). Sua irreverência em matéria religiosa sugere influência de Voltaire. Afirmava que a “religião que convida à vadição e faz do celibato uma virtude, é uma planta venenosa no Brasil” comentando que o catolicismo convém mais a um governo despótico que a um constitucional (65). Irônico observava que os legisladores e padres, querendo fazer do homem o que a natureza não queria que êle fôsse, fizeram-no mau e atribuíram sua maldade ao pecado original, mas se êle fôsse sempre o que a natureza o destinou seria sempre bom (66). Convicto da bondade natural do homem — concluía: “Deixai-o sair do caos de instituições contraditórias que fazem de sua prudência, hipocrisia, da sua felicidade, obra do acaso e do crime, e vereis que o homem é mais bom que mau”.

Ao lado dos liberais também estava na sua abominação aos títulos de nobreza. A êle, como a Feijó, líder liberal e seu inimigo político, repugnariam os títulos tão ansiosamente disputados por fazendeiros, negociantes, altos funcionários, membros da magistratura, a quem D. Pedro distribuía títulos a mãos cheias. Muitos dos seus companheiros no Apostolado seriam mais tarde titulados: Joaquim Carneiro de Campos receberia em 1824 o título de marquês de Caravelas, Manuel Jacinto Nogueira da Gama seria visconde com grandeza, conde em 1825 e em 1826, marquês de Baependi, Estevão de Rezende, barão com grandeza em 1825, conde em 1826, e marquês de Valença em 1845; Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde com grandeza desde 1817, marquês de Abrantes em 1854; José Severiano Maciel da Costa, visconde em 1825 e marquês de Queluz em 1826; Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, visconde com grandeza em 1825, e marquês em 1826. Dificilmente êstes homens veriam com bons olhos quem escarnecia dos

(64) *Anais da Assembléa Constituinte 1823*, Sessões de 7, 8, 9, 29, 30 de outubro e 6 de novembro.

(65) *Mss. Museu Paulista*, doc. 242.

(66) *Mss. Museu Paulista*, doc. 346.

titulos, recusando-se a aceitá-los, referindo-se à nobreza com visível desprezo, reprovando-lhe a ignorância, os “sórdidos interesses” e o servilismo. “Quem creeria possível que nas atuais circunstâncias do Brasil havia a Grã-Prata por tantos ovos de uma vez como 19 viscondes, 22 barões... Nunca o João pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático” diria José Bonifácio em janeiro de 1826, já no exílio, reprovando as recentes concessões de títulos. Mordaz, escrevia: “Para o ano estarão guardados os títulos de *Duques e Principes* do Império que eu aconselharia que não se dessem sem concursos, para que os patifes pudessem mostrar autêntica e legalmente que os merecem, por serem os mais alcoviteiros, ladrões e bandalhos, não só do *Grande Império dos Trópicos*, mas do Universo inteiro; ao mesmo tempo, porém, conheço que seriam tantos os concorrentes e as provas tão volumosas, que para se dar sentença seria preciso um século” (67). Com igual virulência combatia o luxo e o espírito mercantil: “o luxo custa mais do que vale, empobrece muitos para enriquecer a poucos, sacrifica mil vidas para dar poucos prazeres e os que mais se lhe entregam acabam no fastio e indiferença” (68); “...Quando o espírito mercantil predomina, quando se avalia cada ação como cada mercância, vendem-se os talentos e virtudes e todos são mercadores e ninguém é homem” (69).

Repugnava-lhe a solução republicana. Considerava que não havia condições para implantação de regime absolutista num país da América onde “as únicas classes existentes eram ricos e pobres” sendo a nobreza “enfatuada e passageira”, estando o clero “satisfeito com o usufruto de seus benefícios” que ninguém lhe disputava (70). Optava pelo sistema monárquico constitucional, não sem duvidar, às vezes, que ele viesse a funcionar eficientemente num país “dividido em províncias distantes, isoladas, com costumes e pretensões diversas, uma povoação heterogênea e dispersa”. De onde sairiam “de um país por ora pobre e arruinado pela escravidão e a guerra, o ouro necessário para satisfazer o luxo de uma côrte e de uma nobreza nova e sem cabedais?”.

(67) Cartas Andradinas, José Bonifácio de Andrada e Silva, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1814, pág. 32.

(68) Mss. Museu Paulista, doc. 246.

(69) Idem, doc. 246.

(70) Idem, doc. 228.

“Onde estavam “os palácios e ainda as estradas por onde rodem as carroças de casa Imperial?” (71). Na realidade, este estudioso erudito, formado no convívio europeu, impregnado de idéias ilustradas, pertencendo à elite econômica e cultural do país, desconfiando da massa de mestiços, negros livres e escravos, sonhava com uma “aristocracia republicana”, um governo dos “sábios” e “honrados” (72).

Desconfiando dos “anarquistas”, perseguindo os representantes das tendências ultra liberais, José Bonifácio desagradava aos conservadores pelo seu próprio liberalismo. A estes não parecia segura a liderança de um homem que, entre suas anotações, incluía uma observação, provavelmente pensando em transformá-la em artigo constitucional, em que afirmava: “Todo cidadão que ousar propor o restabelecimento da escravidão e da nobreza será imediatamente deportado”, e que redigia uma Memória contra a Escravidão, com a intenção de apresentá-la à Assembléia Constituinte, propondo a cessação do tráfico, a emancipação gradual dos escravos, criticando o latifúndio (73).

Formado na Europa, onde vivera até a meia idade, parecia-lhe pouco compreensível a estrutura econômica do país, baseada na grande propriedade e no braço escravo. Desejava desenvolver o trabalho livre, a colonização e a imigração, a pequena propriedade, a mecanização da lavoura. Tinha diante dos olhos o modelo da economia européia em vias de industrialização. Aborrecia-o o monopólio de terras por proprietários que as deixavam incultas, em prejuízo da nação, manifestando-se favorável ao confisco das que não se achassem cultivadas. Nas instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados da Província às Côrtes portuguesas, incluía um artigo sobre a política de terras recomendando que todas as terras dadas em sesmarias que não se achassem cultivadas revertessem aos bens nacionais, deixando-se aos donos das terras somente meia légua quadrada, com a condição de começarem logo a cultivá-las, medida que se aprovada afetaria diretamente os especuladores de terras e os fazendeiros em geral, habituados a inverter seus capitais na compra de terras e escravos.

(71) Mss. I.H.G.B., doc. 4864.

(72) Mss. Museu Paulista, doc. 233.

(73) Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., vol. II, págs. 99-160.

A política de terras preconizada por José Bonifácio não pretendia ser revolucionária: apoiava-se nos textos das Ordenações (Ordenação livro 4.º, título 43), recomendando obediência ao espírito das leis tradicionais, cuja intenção fôra impedir a concentração de terras nas mãos de pessoas sem cabedais, e inibir a especulação.

Nesta questão não estava sozinho. Outros havia, embora em pequeno número, que, inspirados no modelo europeu, apontavam igualmente os inconvenientes do latifúndio e do trabalho escravo, preconizando, sem sucesso, o desenvolvimento da pequena propriedade. Em 1814, Francisco Solano Constâncio no *Observador Lusitano ou Coleção Literária, Política e Comercial*, recomendava que se facilitassem as compras, vendas e a repartição de terras sugerindo medidas indiretas que obrigassem os proprietários a cultivá-las (74).

No entanto, se o confisco de bens das classes privilegiadas, nobreza e clero, levado a efeito pelos revolucionários franceses de 1789 atenderam na França aos interesses da classe revolucionária: a burguesia francesa, desejosa de proceder à redistribuição de terras, no Brasil tal medida pareceria inoportuna aos proprietários de terras, que constituíam a parcela mais importante da sociedade e que assumiram a liderança do movimento da Independência, ao lado de exportadores e traficantes de escravos, cujos interesses estavam intimamente relacionados com os do latifúndio. A êsses tão pouco interessava, neste momento, a política contra a escravidão e a favor da colonização que José Bonifácio preconizava já nas Instruções do Governo Provisório anteriormente referidas, em que exigia “cuidados da legislação sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual” e a “conversão de homens imorais e brutos em cidadãos ativos e virtuosos, vigiando sobre os senhores dos mesmos escravos para que êstes os tratem como homens e cristãos e não como brutos animais”, de acôrdo com os princípios expostos nas cartas régias de 23 de março de 1688 e 27 de fevereiro de 1798. Ressalvava que

(74) Francisco Solano Constâncio, *Observador Lusitano ou Coleção Literária Política e Comercial*, tomo I, pág. 87, apud Maria Beatriz Marques Nizza, *Metodologia da História do Pensamento: um estudo concreto — o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, 1769*, São Paulo, 1967, págs. 88, 89 (tese de doutoramento apresentada no departamento de Filosofia da F.F.C.L. da U.S.P.)

tudo isso se devia fazer “com tal circunspecção” que os miseráveis escravos não reclamassem estes direitos” com tumultos e insurreições que podem trazer cenas de sangue e de horrores” (75). Idéias que retomou, desenvolvendo-as mais amplamente na representação destinada à Assembléia Constituinte, que, aliás, nunca teve ocasião de apresentar pois esta foi dissolvida antes que pudesse fazê-lo (76). Nesta obra a linguagem é mais violenta. Retrucando aos que defendiam a escravidão, em nome do direito de propriedade, dizia: “Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais e se tornar de pessoa em coisa?”. Ao mesmo tempo acusava os proprietários de escravos: “Não é o direito de propriedade que querem defender, é o direito da força”. Não ousaria, entretanto, propor a emancipação imediata. Acreditando que grande males poderiam advir de uma medida precipitada, limitava-se a sugerir a cessação do tráfico, dentro de um prazo mais ou menos curto: quatro a cinco anos, preconizando ao mesmo tempo medidas de proteção ao escravo, de desenvolvimento da mecanização da lavoura e da colonização. Suas pretensões esbarrariam na resistência dos proprietários e traficantes de escravos que representavam a porção mais poderosa da sociedade. De pouco valeria o apóio de outros autores igualmente influenciados pelos argumentos da ilustração e da escola liberal inglesa como José Eloy Pessoa da Silva (77), Maciel da Costa (78) e Domingos Alves Branco (79), que condenavam igualmente a escravidão e o trabalho escravo, apontando seus inconvenientes, e preconizando a cessação do tráfico.

(75) Venâncio Neiva, *op. cit.*, págs. 94, 95.

Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, vol. II, pág. 98.

(76) José Bonifácio de Andrada e Silva, *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*, Paris, 1825, in Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, vol. II, págs. 123-167.

(77) José Eloy Pessoa da Silva, *Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1826.

(78) João Severiano Maciel da Costa, *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*, Coimbra, 1821.

(79) Domingos Alves Branco Moniz Barreto, *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura*, Rio de Janeiro, 1837.

Nas tramas para o afastamento de José Bonifácio do ministério, e nas conspirações que redundaram na proscrição do ex-ministro, teria papel saliente Carneiro Leão, um dos mais influentes e poderosos homens do tempo ⁽⁸⁰⁾, provavelmente ligado ao tráfico de escravos.

A importância de fazendeiros e comerciantes de escravos nos quadros políticos, o desenvolvimento da cultura cafeeira nos arredores do Rio de Janeiro, a partir de 1820 e nas regiões do vale do Paraíba, aumentariam progressivamente o interesse pelo trabalho escravo, tornando quimérico o ideal de emancipação que tardou mais de meio século a se concretizar. Demitindo-se José Bonifácio em 16 de julho de 1823, já em 16 de setembro o governo brasileiro oficializava o tráfico, estipulando impostos que deveriam ser cobrados por africanos importados ⁽⁸¹⁾, decisão referendada pelo ministro da Fazenda, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, fazendeiro e proprietário de escravos, genro de Bráz Carneiro Leão, uma das maiores fortunas do Rio de Janeiro, e da baronêza São Salvador dos Campos dos Goitacazes, irmão de José Inácio Nogueira da Gama, fazendeiro também, e um dos maiores proprietários de terras no vale do Rio do Peixe, onde chegou a reunir 17 sesmarias, cêrca de 20.000 hectares ⁽⁸²⁾. Ao mesmo tempo estabeleceram-se taxas para a apreensão de escravos fugidos ⁽⁸³⁾.

José Bonifácio perdera rapidamente suas bases políticas. Tiveram profunda repercussão as medidas tomadas contra os portugueses: decreto de 11 de dezembro de 1822, mandando sequestrar tôdas as mercadorias existentes nas Alfândegas pertencentes a súditos de Portugal, bem como tôdas as mercadorias ou sua importância existentes em poder de negociantes do Império, todos os prédios rústicos e urbanos que estivessem em idênticas circunstâncias, assim como as embarcações ou parte delas que pertencessem a

(80) Otávio Tarquínio de Souza, *Fatos e personagens em torno de um Regime*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, pag. 66. (*História dos Fundadores do Império do Brasil*, vol. IX).

(81) *Leis do Brasil* — 16 setembro, 1823.

(82) A. E. Taunay, *Pequena História do Café*, pág. 190. Barão de Vasconcelos, op. cit.

(83) *LEIS, Decisões do Brasil*, 1823.

negociantes daquele Reino, excetuando-se do sequestro apenas as Ações do Banco Nacional e as das Casas de Seguro e Fábrica de ferro de Sorocaba. Do mesmo teor foram os decretos de 30 de dezembro dando regimento aos Corsários contra as propriedades e pavilhão portugueses enquanto durasse a "guerra com Portugal", concedendo a nacionais e a estrangeiros a faculdade de armarem corsários que se empregassem contra as propriedades e pavilhão portugueses, reservando-se ao Imperador a concessão de patentes de corso. Ainda na mesma data, um decreto mandava sujeitar os gêneros de indústria e manufatura portuguesa ao pagamento de 24% dos direitos de importação, tendo em vista a "cruenta e injusta guerra que Portugal faz ao Brasil, rompidos os laços de amizade". Uma tabela anexa equalizava os direitos pagos pelas mercadorias portuguesas: vinhos, licores, azeites, vinagres, favorecidos pela legislação anterior ⁽⁸⁴⁾.

Considerando o confisco de bens portugueses, uma "grande sincada do Ministério", a Malagueta, jornal que fazia oposição a José Bonifácio, comentaria que a medida provocara a emigração de numerosas famílias e cabedais. Falava-se na saída de mais de quatro mil e setecentas pessoas que "fugiram com medo e com dinheiro", as quais teria sido, na opinião do mesmo jornal, mais habilidoso fixar ⁽⁸⁵⁾.

A campanha que os portugueses moveram contra o ministro ganhara novos argumentos a partir de fevereiro de 1823, com a nova direção dos acontecimentos políticos em Portugal que culminaram no golpe dado pelo poder real às Côrtes Portuguesas. A "viradeira", como foi chamada, resultara em parte da aliança entre a Coroa, o clero e, setores do comércio que consideravam as Côrtes o único impecilho ao reatamento das relações entre Portugal e Brasil, à recolonização do país. Ao primeiro movimento contrarrevolucionário de fevereiro de 1823 em Vila Real seguiu-se o de maio de 1823, vitorioso. Não tardaria a chegar ao Brasil a notícia dos acontecimentos portugueses e não faltariam tentativas de restabelecer a união das duas Coroas. Com esse objetivo foi mandada ao Rio de Janeiro a missão

(84) *Idem, idem.*

(85) A Malagueta — 5 de junho de 1823, Pág. 4.

Rio Maior. Os planos de Restauração se frustraram então, não apenas pela oposição dos brasileiros, que consideravam a Independência um processo irreversível, como também pelo próprio jôgo político internacional. A Inglaterra, a maior beneficiada com a Independência do país, não interessava a regressão à situação colonial.

Atacado pelos liberais por assumir a perspectiva conservadora, e pelos conservadores por seus projetos de transformação da ordem social, José Bonifácio dependeria cada vez mais da benevolência do Imperador cujo poder sempre procurara reforçar. Ficava a mercê do apôio dos áulicos, e das intrigas palacianas que o incompatibilizavam cada vez mais com o Imperador. Em 16 de julho de 1823 eram os Andradas afastados do Ministério.

Desde então, até a dissolução da Constituinte em novembro de 1823, decorreriam três meses e, durante este período, o *Tamoio*, jornal ligado aos Andradas faria constante oposição ao governo, insinuando que a Independência do país se via ameaçada tanto pelos “corcundas” e “pés de chumbo” como pelos “anarquistas”. Esses, por sua vez, não poupavam críticas ao antigo ministro.

A animosidade entre portugueses e brasileiros cresceria depois dos sucessos ocorridos em Portugal. Não faltaria entre os primeiros quem pretendesse restabelecer os antigos laços com Portugal. O *Tamoio* de 6 de novembro de 1823 reproduz uma proclamação em que fica clara a intenção. Aí se diz, entre outras coisas: “morrendo o comércio e o giro mercantil pelos desvarios de vis sectários, dos infames que só queriam a Independência do Brasil para cevar seu orgulho, satisfazer seu capricho, agora que tudo mudou de face, reviverá e tornará São Paulo a seu ápice de grandeza, quando unindo o laço que tão vergonhosamente foi rompido com nossos irmãos, façamos outra vez de dois hemisférios um, de dois interêsses um, e não seguindo loucos projetos Bonifacianos, adotemos o antigo, e proveitoso recurso de um só Reino, de um só interêsse desta Provincia e do Brasil...”. Terminava dando vivas a S. M. o senhor D. João VI. Em vários pontos do país, Bahia, Maranhão, Pará, Montevidéu, ainda em 1823 era pouco clara a vitória da causa separatista que a nova conjuntura ameaçava. No número 24 o *Tamoio* transcrevia uma carta enviada a Antônio Carlos de Andrada

e Silva pelo Conde de Subterra, datada de Lisboa, 7 de agosto de 1823, concitando-o a remover os obstáculos que serviam de impedimento à harmonia da Monarquia. A campanha do Tamoio indisporia mais ainda os Andradas com o Imperador.

Vitorioso o movimento da Independência, os grupos que inicialmente se haviam colocado à sombra de D. Pedro, trataram de delimitar as zonas de influência do legislativo e do executivo. Os setores mais liberais, contrários à orientação de José Bonifácio, que desejava reforçar o executivo, pretendiam ampliar a esfera do poder legislativo em detrimento do Imperador. A questão colocada claramente desde a abertura da Assembléa Constituinte, quando se discutira os termos da Fala do Trono, se renovaria em outras ocasiões, por exemplo, quando da discussão da nomeação dos governos das províncias ⁽⁸⁶⁾. A Assembléa tentou instituir o princípio da responsabilidade ministerial, que lhe permitiria controlar o executivo, convocando os ministros a prestar esclarecimentos, ao que, frequentemente, estes se furtaram. Em outubro, alguns deputados teceram críticas ao Imperador, reprovando-lhe a concessão de título de marquês do Maranhão a Lord Cochrane, antes da Assembléa legislar sobre a concessão de títulos de nobreza ⁽⁸⁷⁾.

A imprensa liberal fazendo eco aos deputados, falava que não se deveria conceder ao Imperador nem o direito de veto, nem a iniciativa de Leis, nem a direção das Fôrças Armadas ⁽⁸⁸⁾.

O conflito entre legislativo e executivo culminaria na dissolução da Constituinte. O choque entre portugueses e brasileiros seria o pretexto de que se serviria o Imperador para justificar a medida.

São conhecidos os episódios que levaram à dissolução. No Sentinela foram publicados artigos por alguém que se intitulava Brasileiro Resoluto, e que desagradavam às tropas

(86) Anais da Assembléa Constituinte 1823, tomo VII, págs. 41 e segs.

(87) Anais da Assembléa Constituinte 1823, tomo VI, sessões de 29 de outubro e segs.

(88) Correio do Rio de Janeiro, 1.º de outubro de 1823.

portuguêsas. Dois oficiais portugueses resolveram castigar o autor dos artigos que confundiram com o farmacêutico David Pamplona Côte Real a quem aplicaram violenta surra. O fato repercutiu na Assembléia onde se teceram críticas ao governo. As tropas movimentaram-se solidárias ao Imperador. Na Assembléia houve protestos contra a movimentação de tropas, em seguida decretou-se sessão permanente. Interpelou-se o governo. Criava-se assim o pretexto para a dissolução que se deu a 12 de novembro de 1823. Entre os deputados prêsos achavam-se José Bonifácio, Antônio Carlos, Martim Francisco, um seu sobrinho, padre Belchior ⁽⁸⁹⁾, Montezuma, José Joaquim da Rocha e seus filhos. Poucos dias depois José Bonifácio seria deportado.

A devassa instaurada contra os Andradas, iniciada em novembro de 1823 prolongou-se até 1828 e só em julho de 1829 voltaria êle ao país ⁽⁹⁰⁾.

Na Câmara reinstaurada desde 1826 os atritos entre os grupos dominantes e o Imperador multiplicavam-se. A questão fundamental continuava a ser a da descriminação dos poderes que os representantes do legislativo procuravam decidir em seu favor. Os elementos liberais que pleiteavam uma intervenção maior no governo do país conseguiram arrancar do Imperador medidas liberais tais como a instituição dos juizes de paz eletivos (lei de 15 de outubro de 1827), a responsabilidade dos Ministros, Secretários de Estado e Conselheiros de Estado (lei de 15 de outubro de 1827), a criação do Supremo Tribunal de Justiça (18 de setembro de 1828), a extinção dos Tribunais do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens (22 de setembro de 1828), o regimento das câmaras municipais das cidades e vilas do Império concedendo-lhes autonomia administrativa relativa, subordinando-as aos Conselhos Gerais da Província.

Com a abdicação, os liberais tomariam o poder. A lei de 29 de novembro de 1832 — o Código do Processo Criminal —, e o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 seriam as últimas concessões liberais que os grupos dominantes no

(89) Otávio Tarquínio de Souza, José Bonifácio, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1945, págs. 244, 245.

(90) (José Bonifácio tornaria à politica como deputado pela provincia da Bahia, na 2.ª Legislatura, de 1830 a 1833).

poder estavam dispostos a fazer. Diante das agitações que eclodiam por tôda parte, envolvendo pretensões democráticas dos que pretendiam prosseguir na obra revolucionária iniciada em 1831, os moderados procurariam “deter o carro revolucionário” na pitoresca expressão de Bernardo de Vasconcelos ⁽⁹¹⁾. Até 1834 a luta dos moderados se travaria de um lado contra as pretensões restauradoras e, de outro, contra as pretensões dos democratistas, que expressavam suas aspirações através de jornais como a Nova Luz Brasileira, ou Jururuba dos Farroupilhas, atacando “os aristocratas vendidos à Santa Aliança”, propondo a desapropriação das terras em mãos de grandes proprietários, incentivando a luta de classes entre pobres e ricos, pleiteando a abolição do trabalho escravo, condenando os tratados de comércio realizados com os estrangeiros, desenvolvendo uma mística violentamente nacionalista ⁽⁹²⁾.

Na luta contra os restauradores, José Bonifácio seria um dos elementos mais visados. Disputavam-lhe o cargo de tutor dos filhos do Imperador que aceitara a pedido de D. Pedro, por ocasião da Abdicação. O título seria contestado pela Câmara, sob alegação de que o tutor não podia ser nomeado pelo imperador, competindo à Câmara a nomeação e a investidura. O ato de D. Pedro foi anulado, embora um novo ato, emanado do legislativo, mantivesse José Bonifácio no cargo de tutor, ficando assim resguardada a autoridade da Regência. José Bonifácio protestaria contra a deliberação da Câmara mas acabaria acatando-a. As desinteligências se agravariam entre a Câmara, desejosa de assumir livremente a direção do país, e o tutor, cioso de suas funções, mas, incapacitado pela lei de 12 de agosto de 1831, de participar em atos políticos em nome de seus pupilos. Restava-lhe a função de deputado que exerceria na legislatura 1831-1832. Não tardariam em recair sobre ele as acusações de convivência com as agitações que se sucediam no Rio de Janeiro. Feijó, seu antigo inimigo, ocupando o cargo de Ministro da Justiça, insinuaria num relatório lido na Câmara em 1.º de maio de 1832, a participação de José Bonifácio nas agitações. Na Câmara, discutiu-se am-

(91) Otávio Tarquínio de Souza, Bernardo de Vasconcellos e seu tempo, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, pág. 160 (História dos Fundadores do Império do Brasil, vol. V).

(92) Nova Luz Brasileira — Rio de Janeiro, Tip. Lessa Pereira & outros.

plamente a destituição do tutor, aprovada finalmente por 45 contra 31 votos. A medida foi rejeitada no Senado por um voto. Os discursos da oposição liderada por Evaristo da Veiga, e Honório Hermeto fixavam uma imagem pouco simpática do antigo ministro. Os que fizeram sua defesa, Cairu, Caravelas, Barbacena, antigos companheiros do tempo da Independência, conhecidos por suas convicções conservadoras, não foram menos veementes. A precária vitória do tutor no Senado revelou sua falta de bases. A campanha contra êle não cessou, reavivando-se em 1833 quando os boatos de que se tramava a volta de D. Pedro tornaram-se insistentes. Na Aurora Fluminense, interpretando o ponto de vista dos liberais moderados, Evaristo da Veiga desencadearia campanha contra o tutor visando a afastá-lo do cargo. A 14 de dezembro de 1833, por um decreto arbitrário da Regência, destituiu-se José Bonifácio do cargo de tutor, contrariando as normas que exigiam que o ato emanasse da Assembléia Geral. Prêso e processado como conspirador o ministro seria em 1835, absolvido unânimemente pelos jurados, ovacionado por uma população, segundo se dizia, de mais de duas mil pessoas que acompanhavam o julgamento. Embora absolvido, não seria reintegrado no cargo. A vida política de José Bonifácio se encerrara. Recolhido em Paquetá aí viveria seus últimos anos, mudando-se pouco antes de morrer para Niterói, onde faleceu a 6 de abril de 1838.

Os documentos deixaram dêle imagens contraditórias, versões apaixonadas que se fixaram nos discursos do Parlamento, nos jornais e panfletos, nas memórias e cartas dos testemunhos, na sua própria correspondência e notas pessoais, versões mais ou menos subjetivas e lendárias que perpetuaram a sua figura na História.

JOSÉ BONIFÁCIO VISTO POR SI MESMO

A primeira imagem é a que nos fornece o próprio José Bonifácio através de suas numerosas notas ⁽⁹³⁾, poesias ⁽⁹⁴⁾ e correspondência, principalmente as do período do exílio

(93) Existentes principalmente no Arquivo do I.H.G.B. e no Museu Paulista.

(94) *Poesias de Américo Elísio*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1946, XXVIII, pág. 131 (Obras de José Bonifácio de Andrada e Silva — vol. I).

em que comenta os sucessos da política brasileira. É uma imagem subjetiva e personalista informando pouco sobre os fatos e muito sobre os sentimentos pessoais de José Bonifácio, seus problemas, suas leituras, experiências quotidianas, preocupações e interesses. Não há entre essas notas nenhuma crônica dos acontecimentos que culminaram na proclamação da Independência. Elas nos oferecem a imagem do homem tal como ele se vê, imagem idealizada de si mesmo e da sua participação nos acontecimentos, revelando o conjunto de valores constitutivos de seu credo, sua adesão ao quadro de referência da poética pré-romântica e aos valores da ilustração. Desprêzo pelas riquezas, horror ao despotismo, orgulho de ser independente, incapaz de servilismo e bajulação, amor à liberdade e à natureza, fidelidade à pátria, são temas frequentes em suas notas e poesias.

Em 1795, aos vinte anos recriminava aos que “enchendo vão pomposos nomes, da adulação a bôca” vangloriando-se de que sua musa orgulhosa “nunca aprendeu a invernizar horrores”. Na mesma poesia, referia-se ao despotismo:

Maldição sobre ti, monstro execrando,
Que a humanidade aviltas!
Possam em novos mares, novas terras,
Por britânicas gentes povoadas,
Quebrados os prestígios,
Os filhos acoitar da liberdade!”.

Não eram entusiasmos passageiros da juventude. Ao longo da vida permaneceria fiel ao seu ideário. Passado os sessenta, já no exílio, em que foi pôsto por ordem de D. Pedro, fez publicar suas poesias, incorporando às mais recentes as dos seus verdes anos. Homem maduro, a caminho da velhice, não renegava as obras da juventude e na *Ode aos baianos*, que o elegeram deputado reafirmava, com o mesmo ardor dos primeiros tempos, o credo do adolescente:

“Altiva musa, ó tu que nunca incenso
Queimaste em nobre altar ao despotismo;
Nem insanos encomios proferiste
De cruéis demagogos

Ambição de poder, orgulho e fausto
Que os servis amam tanto, nunca, ó musa
Acenderam teu estro — a só virtude
Sonhe inspirar louvores.

e mais adiante:

Arbitrariedade fortuna! desprezível
Mais que essas almas vís, que a ti se humilham
Prosterne-se a seus pés, o Brasil Todo:
Eu nem curvo o joelho”.

Repúdio ao luxo e à riqueza manifestou em outros trechos, expressando o descontentamento do burocrata intelectual, votando igual desprezo aos que corriam atrás da riqueza fácil que o desenvolvimento comercial propiciava, aos que disputavam o patriocínio do Imperador, e aos que corriam empoz de títulos de nobreza:

“Não — reduzir-me a pó, roubar-me tudo,
Porém nunca aviltar-me, pode o fado,
Quem a morte não teme, nada teme
Eu nisto só confio

Embora nos degraus do excelso trono
Rasteje a lesma, para ver se abate
A virtude que odeia — a mim me alenta
Do que valho a certeza”.

Anos mais tarde, beirando os setenta já velho reafirmava as convicções de adolescente. Em carta a Barbacena, datada de 1.º de abril de 1830, refutando o que considerava calúnias publicadas a seu respeito no Diário Fluminense, que o acusava de tramar contra o imperador, dizia: “nunca desejei mandos, como quer inculcar P. B., nem riquezas adquiridas por *fas* ou *nefas* nem jamais uma fita estreita ou larga, ou um “crachat” que muitas vezes entre nós abrilhanta tavernas e armazéns de negros novos, nem outras fantasmagorias, tais e quejandas, jamais me ofuscaram a razão ou fizeram cócegas no coração”.

No exílio alimentava a certeza do próprio valor: amara a pátria e a liberdade, abominara o despotismo, êsse fôra seu crime:

“Amei a liberdade, e a Independência
Da doce cara pátria, a quem o luso
Oprimia sem dó, com riso e mofa.
Eis o meu crime todo...”.

Acreditava ter desempenhado um importante papel no movimento da Independência e ter sido alvo da mais terrível injustiça, vítima de conspirações e intrigas palacianas. Procurando explicar as razões de seu exílio dizia que depois da Independência a política ficara reduzida a uma almotaceria, pretendentes a lugares e emprêgos tinham-no assediado e descontentes com a negativa, passaram à oposição. Errara em contar com os que julgara homens de bem. Achara-os “frios e reflexivos só para o egoísmo e segurança particular” (95). Haviam-no perseguido com “um ódio tão fidalgal que saltariam de gôsto se pudessem inventar um oitavo pecado mortal” (96), para lhe lançar às costas. Fôra ingênuo em não espiar o Paço para abafar as intrigas e saber as tramas “tenebrosas”, faltara-lhe dinheiro para comprar os “Bercós e companhia”, concluía que “sem dinheiro nada pode a política”. Sua popularidade fôra a causa de sua deportação e também sua franqueza, amor à verdade, a confiança no Imperador e a inveja que despertara. Vendo a ascendência que os Andradas adquiriam na Assembléia, o povo os apelidara de Pais da Pátria, a vista mesmo do Imperador. Os áulicos e os corcundas reuniram-se aos diversos partidos “chumbistas” e “democratas” urdindo a “mentirosa representação das tropas” contra os Andradas, com o fito de excluí-los da Assembléia. Sucedera-se à convocação das tropas, a prisão e a deportação dos Andradas e alguns outros membros da Assembléia, odiados pelos “chumbistas” e maçons. Tudo isso lhe parecia uma ingratidão cometida contra os que haviam sido “beneméritos da pátria”. Tudo fizera para salvá-la da anarquia, do despotismo e a paga que recebera fôra o ostracismo: “Fui prêso e deportado sem crime, sem sentença, assim a liberdade pessoal foi atrocemente injuriada” (97).

O conflito entre executivo e legislativo, as contradições de sua política, escapavam à sua consciência. Apoiara-se nos meios conservadores, cujos interesses no entanto ferira pleiteando o confisco de propriedades improdutivas e a emancipação dos escravos, criticando os títulos de nobreza. Identificara-se aos comerciantes portugueses nas críticas

(95) Mss. Museu Paulista, ex. 233.

(96) Venâncio Neiva, *op. cit.*, pág. 248 e Mss. Museu Paulista, doc. 237.

(97) Mss. Museu Paulista, docs. 239, 246, 288.

que êstes faziam aos tratados de comércio com as nações estrangeiras, mas, ao mesmo tempo perseguira os próprios comerciantes determinando o confisco de suas propriedades, manifestara-se favorável à emancipação dos escravos, embora temesse uma revolta de escravos. Criticara corrupção e venalidade das “elites” dirigentes mas procurara restringir o voto popular entregando conseqüentemente o poder a essa mesma elite que êle desprezava. Desconfiava da Assembléia, procurando reforçar o poder do Imperador, cujo arbítrio no entanto condenava. Tôdas essas contradições passavam-lhe desapercibidas.

Desterrado em Talence, França, confessava-se desiludido de um mundo corrompido e ingrato que o privara de todo trabalho e de qualquer esperança. Em carta de 14 de novembro de 1825 (98), a seus amigos em Paris, externava o desejo de ir acabar os “cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos”. Atraído pela imagem bucólica que sua educação clássica lhe ensinara a apreciar, vivia desejando uma vida plácida e tranquila, que, na realidade, sua natureza inquieta repelia. No Poeta Desterrado desabafa:

“Para a moleza não nasceu o vate
Em ditosos dias chamejava
sua alma ardente de heroísmo cheia
quando uma pátria tinha...”

Saudoso da “bestial pátria”, que não obstante é “nossa pátria”, ansioso por voltar ao país dos “tatambas”, inconformado com a situação de exilado, descarregava sua raiva contra os “pés de chumbo”, e o Imperador. Num momento de exasperação escrevia: “pérfido P., quando me fazia amizades com a metade do rosto, com a outra se azedava da minha popularidade e no seu corrompido coração tramava calúnias que espalhava contra mim clandestinamente”; “com a máscara da franqueza iludia minha boa fé e acolhia os

(98) Cartas Andradinas. Correspondência particular de José Bonifácio, M. Francisco e Antonio Carlos, dirigida a A. M. Vasconcellos de Drummond. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XIV, Rio de Janeiro, 1890, pág. 12.

meus mais secretos pensamentos que espalhava às escondidas, desnaturando-os e empeçonhendo-os. Quando obra-va despropósitos, dizia que lhos tinha aconselhado e quando cedia às minhas representações dizia que se tinha arrepen-dido de ter cedido à amizade que bazofiava ter por mim" (99).

Justificava sua demissão do ministério dizendo ser a única maneira de demonstrar sua desaprovação ao sistema que se ia introduzindo no Estado: "êste é o único meio constitucional e legitimo de exprimir uma respeitosa desa-provação das novas medidas, é uma advertência sem tumulto que se faz a um govêrno que sai do verdadeiro caminho"; verdadeiro caminho que para José Bonifácio era, como vimos, govêrno de centro, nem absolutista nem democrático, govêrno monárquico controlado pelo dispositivo constitu-cional e pelo sistema representativo, com exclusão do voto popular (100).

Considerava-se homem independente, amante da liber-dade, incapaz de servilismos: "Tive sempre uma intolerância inflexível de caráter e um ódio purissimo de tôda tirania em abstrato"; "Gosto às vêzes de contradizer, não por que-rer governar a opinião alheia, nem por gôsto, mas pela abundância e vivacidade de minhas idéias e por êste amor à liberdade que é inato em mim e pela aversão profunda contra tudo o que tem laivos de baixaza e servidão"; "Amo o indivíduo sem ter a idéia dos homens em geral", afirmava confessando-se "amigo da boa e pequena sociedade, indife-rente à numerosa e inimigo da má". Livre no discurso por gôsto, porém acanhado quase sempre no agir: "a etiquêta me aborrece, e quando seguro da minha consciêcia, pouco cuidadoso do que dirão os outros" (101).

O desejo de manter a independência de espirito, e o or-gulho que seus textos revelam, compunham uma personali-dade pouco dúctil, o que provocou numerosos atritos. Tudo isso agravado pela sua preferência por ditos livres e mali-ciosos, que cultivava com visível prazer, provocando escân-

(99) Mss. Museu Paulista, doc. 246.

(100) Mss. Museu Paulista, doc. 228.

(101) Afrânio Peixoto e Constância Alves, ed. José Bonifácio (O Velho e o Moço) Paris, Aillaud e Bertrand, 1920, pág. 175 (Antologia Brasileira) e Mss. Museu Paulista, Notas sôbre o meu caráter e "Reflexões sôbre o meu caráter".

dalo entre os cidadãos conspícuos que se serviram desta faceta de sua personalidade para atacá-lo, quando tutor dos filhos de D. Pedro ⁽¹⁰²⁾. A. D. João VI chamava de D. João o Burro, a D. Pedro de Pedro Malazarte, o Rapazinho, a Imperial Criança e a Grã-Prata. Entre suas notas, há uma em que diz que nada o “entedia mais do que ver rostos hipócritas e conversações monótonas ou sempre eruditas ou com um ar de importância”, daí sua preferência pela conversação livre e as expressões picantes com que temperava suas cartas. Apesar de ser considerado expansivo e até alegre por muitos que o conheceram, julgava-se de natural melancólico, atribuindo à sua impetuosidade, a fama de alegre. Manifestava-se pouco contente com o seu temperamento dizendo que se achava sempre “entre o constrangimento e o spleen”.

Na sua juventude, no seu afã perfeccionista criticava o que considerava suas deficiências: “quando devo ser precavido, ordinariamente o não sou, e quando não devo muitas vezes o sou”. Anotava no seu diário livros que devia ler para melhorar e exercitar a imaginação, incluindo no seu programa de trabalho: “fazer dissertações detalhadas de algumas idéias e opiniões”, ler Cícero, Tito Lívio, Gibbon, Voltaire, “com atenção e imitação”, acrescentando ainda Buffon, Herder, Fenelon, Saint Pierre, e outros autores menos conhecidos ⁽¹⁰³⁾.

No *Tamoio*, periódico que passou a circular quando do afastamento definitivo dos Andradas do ministério em 1823, cujo editor, Menêzes de Drummond era amigo pessoal de José Bonifácio, um missivista que se assinava Tapuia refere-se a uma entrevista com José Bonifácio. Os comentários nela reproduzidos coincidem plenamente com o que se depreende das notas pessoais de José Bonifácio, permitindo afirmar se não foi ele próprio o culto sob o pseudônimo de Tapuia, quem a redigiu, forneceu a alguns os dados.

Procurando explicar as razões da sua impopularidade, dizia que provocara muitos inimigos pelo fato de ter sido o primeiro brasileiro a chegar a ministro de Estado, o que

(102) As cartas Andradinas estão pontilhadas dessas expressões.

(103) Mss. Museu Paulista, (Diário de Observações e Notas sobre minhas leituras, conversações e passeios).

irritara a muitos europeus (no caso, portugueses) e muitos brasileiros. Tinha sido o primeiro a trovejar contra a perfídia das Côrtes portuguesas, o primeiro a pregar a “Independência e liberdade do Brasil”, mas “uma liberdade justa e sensata, debaixo das formas tutelares da Monarquia Constitucional”, único sistema, dizia êle, “que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas”. Fôra êle quem enfrentara os representantes do partido lusitano e os democratas republicanos que se aliavam no intuito de mandar de volta a Portugal o príncipe, e fôra êle quem sufocara as tentativas reiteradas dêstes, nos meses que antecederam à Independência. Premido pela anarquia e solicitado pelo Imperador, se vira obrigado a tomar medidas sérias e gerais contra uma conspiração que, segundo se dizia, estava a ramificar pelas províncias, executando medidas determinadas pelo poder Judiciário para reprimi-la. Seu crime? Fôra o ser brando em demasia. Os “pés de chumbo”, “corcundas”, “áulicos” e facciosos de todo o calibre aproveitaram-se dos extremados da Assembléia a assestaram suas baterias, não contra todo o ministério, mas contra os Andradas. Agressivamente comentava: *“Pela minha parte desprezo tão vís caluniadores, e apelo para os documentos irrefragáveis que se acham impressos na Gazeta e Diário do govêrno e em outras fôlhas do tempo, assim como nas secretarias do Estado e estou certo que virá um dia em que os brasileiros honrados hão de fazer-nos justiça, e estigmatizar com o ferrete da infâmia, todos êsses traidôres que pretenderão iludir de novo a mocidade inexperta e fgoza”*.

Concluía dizendo que pouco lhe bastava “uma amável e virtuosa companheira que tenho, um verdadeiro Amigo (animal bem raro em nossos dias) e alguns bons livros, são as únicas necessidades da vida, que não posso ainda escusar. Acolher-me ao retiro dos campos e serras, que me viram nascer e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza que aprendi a decifrar com aturado e longo estudo, sempre foi uma das minhas mais doces e suspiradas esperanças, que praza ao Céu possa eu ver de qualquer modo, contanto que seja bem cedo realizada...” (104).

(104) O Tamolo: n. 5, terça-feira, 2 de setembro de 1823 (Coleção Fac Simile de jornais antigos — prefácio Caio Prado Jr., Rio de Janeiro, 1944).

Esboçava-se e imagem que durante muito tempo retrataria José Bonifácio: líder da emancipação política do Brasil, amante da pátria e da liberdade, homem abnegado, desapegado das riquezas e das glórias, vítima das intrigas dos áulicos, corcundas, pés de chumbo e do ódio dos republicanos "democratas", abominando os despotismos, desejoso de conciliar a ordem com a liberdade, temendo tanto a arbitrariedade do poder real quanto os excessos do povo, adepto da monarquia constitucional, "único sistema que poderia conservar unida e solidária" a nação.

JOSÉ BONIFÁCIO VISTO PELOS CONTEMPORÂNEOS

A versão andradina

Uma versão muito próxima, uma imagem muito semelhante a essa circulava, no seu tempo, entre seus partidários e amigos, forjada pelas necessidades do momento político e reforçada pela amizade e partidarismo. Em meio às agitações, quando da demissão de José Bonifácio e Martim Francisco do Ministério, poucos dias depois de proclamada a Independência, eram lançadas proclamações e representações em que José Bonifácio figurava como "Pai da Pátria" e "timoneiro da Independência". Distribuída por seus agentes e partidários, circulou uma representação, levada ao Senado da Câmara Municipal em "tumultuário concurso do povo", na qual se dizia que os Andradas eram a "única âncora (unidos ao trono) do novo Império", concitando-se o Imperador a reintegrá-los no ministério, pois não encontraria cidadãos mais dignos. Os procuradores gerais da província, à exceção de Lêdo, dirigiram também ao imperador uma representação, referindo-se aos Andradas e dizendo que fôra por ambos "lançada a primeira pedra do majestoso edifício da nossa gloriosa Independência..." "Consentiremos que vacile já o Trono Imperial, que há dezoito dias acabamos de levantar?" indagavam. Na mesma noite espalharam-se no teatro volantes contendo uma proclamação anônima em que os Andradas eram apelidados de "Franklins brasileiros" e se lhes dava o título de "Anjos Tutelares da Regeneração Política", "acrescentando-se que ergueram no ombro o péso da Independência e concluindo que a Independência política do país achava-se em perigo e o Imperador, a borda do precipício, "pois o leme do estado

saltava fora da mão do piloto”. Ao mesmo tempo insinuava-se que a oposição aos Andradas era fruto da maquinação dos carbonários (105).

Um ofício da Câmara da cidade de São Paulo à do Rio de Janeiro, datado de 13 de novembro de 1822 rogava a reintegração dos Andradas no ministério “a despeito da infame facção carbonária” que procurava “com avidez uma brecha para destruir o grande e majestoso edifício do Império Brasileiro para cevar seus sórdidos intentos” (106).

As expressões “Anjos Tutelares da Regeneração Brasileira”, “Pais da Pátria”, “Patriarca da Independência” começavam a fixar-se. Labatut em carta a José Bonifácio em 1822 chamava-o de “Pai da Pátria” e de “Patriarca da Independência”.

A propaganda de José Bonifácio e dos Andradas era feita principalmente pelo Tamoio, jornal publicado sob a responsabilidade de amigos pessoais dos Andradas, cujo primeiro número apareceu a 12 de agosto de 1823, menos de um mês após a queda definitiva dos Andradas (16 de julho de 1823) e que, como observou Caio Prado Jr., é um legítimo representante da sua política e do seu pensamento (107).

Suas páginas dão-nos uma imagem de José Bonifácio que acabou por se fixar na historiografia, representando o que se poderia chamar de versão andradina do movimento da Independência: “limpeza de mãos, pureza de vida, desprezo de honras vãs”, “bom filho, bom pai, bom marido, bom irmão, bom parente, bom amigo” eis o retrato de José Bonifácio na edição de 26 de agosto de 1823. Fora ele quem erguera o abatido espírito nacional, restituindo a dignidade de um povo inteiro tornara possível o aparecimento de uma marinha e de um exército”. Respondendo à pergunta: Para

(105) José da Silva Lisboa. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, 1830, vol. IV, parte X, secção III, pág. 67 e segs.

(106) Uma representação popular com numerosas assinaturas solicitava a D. Pedro, a 30 de outubro de 1822, a reintegração de José Bonifácio e de outros ministros (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos para a História da Independência, I, Lisboa, Of. Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1923, pág. 402 e segs.

(107) *O Tamoio* (introdução de Caio Prado Jr.) op. cit... Veja-se ainda Caio Prado Jr. *A evolução política do Brasil*, e outros estudos, Edit. Brasileira, São Paulo, 1953, pág. 196.

que se precisam dos Andradas?, numa réplica às críticas feitas no Correio do Rio de Janeiro — jornal que lhes fazia opposição acirrada, dizia um missivista do Tamoio: “Para não renascer a hidra do patronato, para não se esgotar o Tesouro, para não reviver o reinado impune dos ladrões, para que se consolide a Independência que elles criaram, para que se domestique a licença e a liberdade se abraçe com a ordem, para que enfim não seja possível no Brasil nem a escravidão, nem anarquia” e mais adiante, em resposta aos que os chamavam ora de déspotas, ora de anarquistas, dizia que os Andradas “Trilharam o caminho médio, odioso aos extremos, queriam a liberdade, mas a liberdade regulada e adstrita às formas da Monarquia representativa, queriam a monarquia mas detestavam e se opunham ao poder absoluto”, concluindo que era natural os republicanos os taxarem de déspotas enquanto os que fomentavam esperanças de despotismo os acusavam de anarquistas.

Em outro artigo, a 28 de outubro, um missivista protestando contra as acusações que o Correio do Rio de Janeiro fazia a José Bonifácio e seu irmão, indagava indignado — como havia quem se atrevesse a “sarcasmar Brasileiros cuja fama de sábios a Europa civilizada” reconhecia e respeitava, Brasileiros a quem se devia a felicidade do Brasil, Brasileiros que haviam feito tôda ou quase tôda a Independência, etc. Em outro artigo do mesmo número o autor refere-se a José Bonifácio como o Franklin Brasileiro, repetindo a conhecida adjudatória de que os Andradas principalmente José Bonifácio, tinham sobrepairado aos partidos e às lutas intestinas, consolidado a obra da Independência, mantendo unidas as províncias que uma força desintegradora minava, vencendo os lusitanismos, tratando com os países estrangeiros, organizando exército, marinha e finanças. Concluía indagando se haveria quem negasse a estes honrados Cidadãos a glória de terem sido os “libertadores da Pátria” e os “fundadores” dêste “vasto e rico Império”: “Não imortais Andradas, só inimigos nossos, só invejosos da nossa grandeza e prosperidade, poderão negar-vos a devida homenagem do seu reconhecimento e louvores, mas os homens probos, os verdadeiros brasileiros, renderão sempre a vossos inclitos feitos a merecida justiça, e a memória deles transmitirá de século a século o vosso nome enramado de viçosos louros. Quantas vêzes a fria campa onde repousarem as vossas cinzas não será visitada com respeito e veneração. Quantas

vêzes não irão lá os desvelados pais a apontar-vos por môdolo a seus filhos, contar-lhes a vossa história, e a injusta recompensa que tiveram vossos trabalhos? Mas enfim não importa, acrescentarão eles: a sua alma generosa foi superior a todo o interesse, exceto o da glória, e esse nem os homens, nem o tempo lhe podem roubar”.

Mantida acesa pelas paixões políticas fixava-se a versão andradina. Barbacena, nomeado representante do Brasil junto ao governo inglês para tratar do reconhecimento da Independência, louvava, numa carta a José Bonifácio, a obra que realizara para salvar o Brasil “do precipício a que fôra arrojado pelas Côrtes, pelos soldados e pelos caixeiros, filhos de Portugal” comparando-o a George Washington.

Momentaneamente reprimida por causa do destêrro dos Andradas, a versão andradina não tardou em recobrar vigor. Nomeado tutor dos filhos de D. Pedro, José Bonifácio appareceria naturalmente como polarizador de todos os descontentamentos de tôda a opposição ao governo regencial que se empenhava em apresentá-lo como um baluarte, acentuando os méritos do “Patriarca da Independência”. As discussões travadas na Câmara e no Senado a propósito de sua destituição da tutoria, deram argumentos à versão andradina e à antiandradina. Prêso e destituído da tutoria, sob acusação de tramar contra os interesses de seu tutelado, de insuflar a revolução e pretender a volta de D. Pedro, teve no conselheiro Cândido Ladislau Japi-Assu seu defensor que chamou a si a sua defesa qualificando-o de Pai da Pátria e Patriarca da Independência (108).

José da Silva Lisboa que, ao escrever por solicitação de D. Pedro a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* publicada em 1830 no Rio de Janeiro (109), fôra discreto quanto aos méritos de José Bonifácio, descrevendo a Independência como obra quase exclusiva de D. Pedro, publicou, a 18 de março de 1835, no Diário do Rio de Janeiro um artigo considerando José Bonifácio o Patriarca

(108) Cândido Ladislau Japi Assu — Defesa do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva.

(109) José da Silva Lisboa, *História dos Principais Sucessos Politicos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1830, 4 tomos.

da Independência “para quem a História imparcial, resguardará o título de Salvador do Brasil pelo conselho a D. Pedro I, o Salvador do Império Constitucional da América”.

Uma das fontes mais utilizadas para reconstituir os acontecimentos da Independência são as Anotações de Menezes de Drummond à sua biografia publicada em 1836, na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains* ⁽¹¹⁰⁾. Amigo pessoal dos Andradas, responsável pelo Tamoio, exilado após a Dissolução da Constituinte, voltando mais tarde ao Brasil, viveu longos anos para contar a história dos acontecimentos, realçando o papel de José Bonifácio na emancipação política do país e criticando os que, em sua opinião, procuravam por todos os meios se apoiar no Imperador buscando a realização de seus objetivos pessoais fazendo guerra a José Bonifácio, rival temido pela sua ascendência sobre o príncipe, procurando captar a simpatia do Imperador pela lisonja, pregando a liberdade “desregrada” do povo. Os homens que se reuniram para combater e substituir José Bonifácio na privança do príncipe e na opinião do público eram os mesmos que tinham tomado parte nos acontecimentos “desastrosos” da Praça do Comércio. Entre eles estaria Clemente Pereira. A influência de José Bonifácio sobre D. Pedro era tal que ele resistira a todas as sugestões dos adversários. Sucumbindo apenas por efeito de uma “desgraçada paixão amorosa” que submeteu o coração do príncipe (refere-se à hostilidade da Marquesa de Santos em relação à José Bonifácio).

A versão anti-andradina

Contemporaneamente aos episódios que projetaram a ação de José Bonifácio no plano político da Independência, os jornais que lhe faziam oposição, principalmente o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Revérbero Constitucional*, e o *Malaqueta* ⁽¹¹¹⁾, os seus adversários políticos nos discursos na

(110) Anotações de Menezes de Drummond à sua biografia (publicada em 1836, in *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, A.B.N., XIII (3.^a parte) 1-149.

(111) *Anais do II Congresso de História Nacional*, Vol. I, Rio de Janeiro, 1934, págs. 339 a 410.

Câmara e nas proclamações anônimas veiculavam uma versão totalmente oposta à imagem favorável que os amigos dos Andradas se incumbiam de divulgar.

As proclamações denunciando o que se considerava suas arbitrariedades, multiplicavam-se a partir da proclamação da Independência, quando se rompera a união momentânea que permitira a conciliação dos vários grupos em torno do príncipe. “Queriam a Independência para cevar seu orgulho” e “satisfazer seu capricho”, dizia uma dessas proclamações publicada em 1823, referindo-se aos Andradas (O Tamoio, 6 de novembro de 1823). Na mesma época, o Correio do Rio de Janeiro acusava os Andradas de fatricidas, despóticos, anarquizadores, infames perversos e pouco patriotas. Dirigia este jornal João Soares Lisboa, português de nascimento, que na época da Independência, estando há mais de vinte anos no Brasil, aderira à causa da Independência filiando-se à corrente de Lêdo, Januário da Cunha Barbosa e Nobrega, inimigos políticos de José Bonifácio. Ao lado de Lêdo, trabalhou pela Convocação da Constituinte opondo-se a convocação do Conselho de Procuradores, sugestão de José Bonifácio. Ligado aos elementos deportados pelos Andradas, sóto por ocasião da sua queda do ministério, chamou a criticar violentamente os ministros depostos. Chamava os três Tamoios de “Três Fúrias Infernais” ⁽¹¹²⁾ dando como caracteres gerais “soberba exaltada inveja de tôdas as comodidades alheias, presunção de onisciência, ingratição suma, e como caracteres particulares, do “tamoio palhaço” (provavelmente Martim Francisco), “mobilidade contínua e gestos de macaco, voz gutural, distração habitual “charlatanaria desmedida, insaciável desejo de primar, desconfiança dos homens probos, propensão para a canalha”. Do “Tamoio Robespierre” (provavelmente Antônio Carlos), “voz intercadente, estrepitosa, perfídia de lobo, entranhas de tigre, desenvoltura de gestos e palavras, variedade contínua de opiniões”. Do “Tamoio Marat” (provavelmente José Bonifácio), “Aspecto de fúria, côr verdoenga, olhos de víbora, política maquiavélica, espírito minucioso e mesquinho, ostentação de dialética”. Respondendo ao Tamoio que exaltava José Bonifácio ⁽¹¹³⁾, ridicularizaria a sua sabedoria

(112) Idem, 24 de outubro, 31 de outubro e 3 de dezembro.

tentando mostrar “que não cabe ao “trovão da paulicéia” ou “Franklin às avessas” o mérito da Independência; já o Imperador a tramava, já Minas se pronunciava e o nordeste resistia, antes que êle tivesse se manifestado. A convocação da Constituinte fôra feita à sua revelia; o que se devia aos Andradas, na sua opinião, era terem plantado “o espírito aristocrático” “aumentando o Tesouro Público com o deficit de cinco milhões”, criando uma Côrte Nova com todo aparato e luxo de uma Côrte velha ou antes asiática”. Tendo trabalhado “pela ruína da Pátria” marcados com o vil ferrete da traição” seriam os Andradas” o espanto da Humanidade, e escárnio dos presentes e os objetos de maldições dos vindouros” (114).

Contra os Andradas também estava o redator da Malagueta que os acusava de patrocinares sua clientela e cometerem arbitrariedades. Luís Augusto May, redator da Malagueta, era ligado à fábrica de ferro de Ipanema, cuja administração em mãos de Varnhagen, pai do futuro Visconde de Pôrto Seguro, fôra considerada incompetente por Martim Francisco e José Bonifácio. Embora português, assumira desde o início uma posição ostensivamente contrária a Metrópole, provocando críticas em Portugal onde se disse que seu pensamento representava apenas o ponto de vista de 2.000 desempregados. Interrompida a publicação da Malagueta em julho de 1822, ela reapareceria em 5 de junho de 1823, fazendo sérias restrições aos Andradas.

Numa memória escrita em 1831, Francisco Gomes da Silva o tão famoso Chalaça, adotaria uma atitude muito frequente entre os opositores de José Bonifácio: silencia seus feitos e quando se refere indiretamente aos Andradas, chama-os genéricamente de “caudilhos do Congresso”, “agitadores e demagogos”, “Marats da Assembléia” (115).

As maiores críticas foram feitas por ocasião dos debates em tórno da cassação da tutoria. José Bonifácio, nesta época com setenta anos, era apontado como chefe do movimento restaurador. Acusava-se o antigo “Tamoio” de se:

(114) *Idem*, 6 de novembro de 1823.

(115) Francisco Gomes da Silva, *Memórias oferecidas à Nação Brasileira pelo Conselheiro Francisco Gomes da Silva*, Londres, L. Thompson, 1831, XVI, pág. 156.

ter convertido em “Caramuru”. A imprensa e a Câmara divididas entre seus adeptos e seus inimigos como já havia estado dez anos antes, fixavam duas versões sobre os Andradas. Em ambas, apaixonadas e polêmicas, os fatos aparecem deformados pelo impacto das paixões em luta, ataques pessoais e interpretações subjetivas. Nos depoimentos todo o processo histórico reduz-se a homens em luta em prol de seus interesses imediatos. Razões mais profundas não são buscadas. A devoção e ao amor à pátria que caracteriza a figura do Patriarca, da versão andradina, antepunha-se a imensa ambição, arbitrariedade, vaidade pessoal, da versão anteandradina. Num discurso proferido na Câmara dos Deputados em 21 de maio de 1832, Feijó, na qualidade de ministro da Justiça, dizia que os Andradas eram incompatíveis com a paz e segurança interna, acusando em particular a José Bonifácio de hipocrisia, rancôr, arbitrariedade. Os Andradas julgavam-se com direito aos altos empregos do Estado, não duvidando em arriscar tudo para saciar a ambição que os devorava. Tanto fôra a “derrotação” e o despotismo praticado por eles no govêrno, que o imperador os demitira anunciando esta nova “aos povos” como se fôsse o triunfo da razão e da liberdade. Tinham sido os Andradas os primeiros a iniciar o Imperador na senda das arbitrariedades, sugerindo-lhe a possibilidade de vir a dissolver a Constituinte. Empolgado na oposição que fazia aos seus adversários políticos, Feijó não hesitava em afirmar que, embora tivesse sido melhor que o Imperador não dissolvesse a Constituinte, limitando-se a expulsar os turbulentos, o ato de dissolução, embora violento, fôra necessário, pois apesar de alguns males que acarretara, o país gozara de paz e tranquilidade por dez ou doze anos. Tudo isso dizia o “liberal” Feijó esquecendo-se de tôdas as agitações políticas que tinham convulsionado o país depois de expulsos os Andradas, que êle se empenhava em caracterizar como os grandes agitadores da ordem pública, omitindo a Confederação do Equador e todos os episódios que culminaram na Abdicação.

A versão que poderíamos chamar a lenda negra de José Bonifácio mantinha-se no nível das impressões subjetivas. Procurava realçar a participação de Clemente Ferreira, Lêdo, Janeiro da Cunha Barbosa, em detrimento dos Andradas. No Correio Oficial de 23 de dezembro de 1833 publicou-se um artigo sob o título de “Refutação formal histórica sobre quem foi o verdadeiro autor da Independência”, provável-

mente escrito por Cândido de Araújo Viana, mais tarde visconde e marquês de Sapucaí, ministro da Fazenda da Regência (116). O depoimento resume o ponto de vista dos anti-andradistas. Ninguém poderia arrogar-se a glória de ter feito e nem mesmo de ter apressado a declaração de emancipação política do Brasil, êste ato operara-se tão aceleradamente, e por tal unanimidade de votos de todos os brasileiros, que se poderia dizer que “os fatos encaminharam os homens”. José Bonifácio obedecera às circunstâncias porque não lhe era possível desistir. A opinião pública desde 9 de janeiro e mesmo antes, até meados de setembro de 1822, fôra dirigida por aquêles que êle perseguira a 30 de outubro, de onde se deduzia que não aprovava a Independência que “êles tão eficazmente promoveram e conseguiram, apesar dos foros de quem hoje se arroga o título de patriarca”. A José Bonifácio restava apenas o papel de secundário cooperador. Não tivera a iniciativa do Fico, e se opusera à Convocação da Constituinte. Numa celebração a 22 de maio, aniversário dos mártires baianos, realizada com pomposo funeral na Igreja, de São Francisco de Paula, referindo-se à solicitação que o povo, liderado por Lêdo, Cunha Barbosa e Clemente, pretendia fazer ao príncipe, sôbre a necessidade de convocação da Constituinte, José Bonifácio teria afirmado: “Hei de dar um pontapé nêstes revolucionários, atirar com êles no inferno”. Pela mesma ocasião, interpelado por um ministro afirmava: “Hei de enforçar êsses constitucionais na praça da Constituição”. Tão pouco tivera ação sôbre D. Pedro, por ocasião do Sete de Setembro. Restava a José Bonifácio “o mérito de ter sido o ministro do Império dêsse tempo e ter expedido diversas ordens em prol da Independência”, mas daí não se deduzia que êle merecesse o título de patriarca (117).

Sócios fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, desde dezembro de 1838, Presidente do Instituto por mais de 30 anos, Sapucaí, Januário da Cunha Barbosa, também inimigo de José Bonifácio, e o Visconde de Pôrto Seguro, o mais prestigioso historiador do Segundo Império, também membro do Instituto, divulgariam a versão anti-

(116) Carlos Maul diz que a notícia data de 29 de dezembro de 1833 (Carlos Maul, *História da Independência*, Edit. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1925, pág. 148).

(117) *Idem*, op. cit., págs. 146-148.

andradina que encontraria acolhida mais tarde na obra de cronistas e historiadores apoiados no testemunho de inimigos políticos de José Bonifácio, muitos dos quais continuaram até meados do século a desempenhar importante papel na cena pública. O tom polêmico e subjetivo dos primeiros tempos permaneceriam por trás do aspecto de erudição que se pretendeu dar à História. Exemplo dessa tendência é a obra de Melo Moraes — “A Independência e o Império do Brasil” (118). Parcial e apaixonado, embora se dissesse desejoso de restabelecer as verdades históricas “completamente falseadas pela ignorância dos fatos”, prometendo ao iniciar o livro “A verdade histórica provada pelos documentos e pelos fatos”, Melo Moraes seguiria de perto o depoimento de Feijó e Sapucaí, assumindo posição nitidamente parcial em relação a José Bonifácio, selecionando e citando apenas os documentos que comprovavam seus pontos de vista. Segundo essa perspectiva, a Independência nasceu da vontade de todos os brasileiros (pg. 168). Os fatos que em geral foram citados como de responsabilidade de José Bonifácio, ou sejam, a atitude da Junta de São Paulo e sua relação com o Fico, a convocação da Constituinte e o episódio de Sete de Setembro, não contam senão com a sua participação secundária. Cabe a outras personalidades o mérito dos acontecimentos. A iniciativa do movimento nacional que promoveu a “ficada” do príncipe regente, cabe a José Mariano de Azeredo Coutinho e José Joaquim da Rocha. A José Bonifácio resta apenas a glória de um secundário cooperador, visto ter redigido a “perigosa” carta de 24 de dezembro que acendera o incêndio nas Côrtes de Lisboa e que, na opinião de Melo Moraes, poderia mesmo ter posto em risco a causa da Independência. A convocação da Constituinte, partira de Lêdo, contrariando os desejos de José Bonifácio. A opinião pública de 19 de janeiro até meados de setembro de 1822 fôra dirigida por aqueles que José Bonifácio perseguira. Repetindo de perto a versão de Sapucaí, Melo Moraes vai mais longe, afirmando que José Bonifácio não era a favor da Independência porque não queria arriscar-se a perder uma pensão que recebia do governo português, só aderindo ao movimento quando D. Pedro ordenou

(118) Melo Moraes — A Independência e o Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1877.

Esboçava-se e imagem que durante muito tempo retrataria José Bonifácio: líder da emancipação política do Brasil, amante da pátria e da liberdade, homem abnegado, desapegado das riquezas e das glórias, vítima das intrigas dos áulicos, corcundas, pés de chumbo e do ódio dos republicanos “democratas”, abominando os despotismos, desejoso de conciliar a ordem com a liberdade, temendo tanto a arbitrariedade do poder real quanto os excessos do povo, adepto da monarquia constitucional, “único sistema que poderia conservar unida e solidária” a nação.

JOSÉ BONIFÁCIO VISTO PELOS CONTEMPORÂNEOS

A versão andradina

Uma versão muito próxima, uma imagem muito semelhante a essa circulava, no seu tempo, entre seus partidários e amigos, forjada pelas necessidades do momento político e reforçada pela amizade e partidarismo. Em meio às agitações, quando da demissão de José Bonifácio e Martim Francisco do Ministério, poucos dias depois de proclamada a Independência, eram lançadas proclamações e representações em que José Bonifácio figurava como “Pai da Pátria” e “timoneiro da Independência”. Distribuída por seus agentes e partidários, circulou uma representação, levada ao Senado da Câmara Municipal em “tumultuário concurso do povo”, na qual se dizia que os Andradas eram a “única âncora (unidos ao trono) do novo Império”, concitando-se o Imperador a reintegrá-los no ministério, pois não encontraria cidadãos mais dignos. Os procuradores gerais da província, à exceção de Lêdo, dirigiram também ao imperador uma representação, referindo-se aos Andradas e dizendo que fôra por ambos “lançada a primeira pedra do majestoso edifício da nossa gloriosa Independência...” “Consentiremos que vacile já o Trono Imperial, que há dezoito dias acabamos de levantar?” indagavam. Na mesma noite espalharam-se no teatro volantes contendo uma proclamação anônima em que os Andradas eram apelidados de “Franklins brasileiros” e se lhes dava o título de “Anjos Tutelares da Regeneração Política”, “acrescentando-se que ergueram no ombro o peso da Independência e concluindo que a Independência política do país achava-se em perigo e o Imperador, a borda do precipício, “pois o leme do estado

saltava fora da mão do piloto”. Ao mesmo tempo insinuava-se que o oposição aos Andradas era fruto da maquinação dos carbonários (105).

Um ofício da Câmara da cidade de São Paulo à do Rio de Janeiro, datado de 13 de novembro de 1822 rogava a reintegração dos Andradas no ministério “a despeito da infame facção carbonária” que procurava “com avidez uma brecha para destruir o grande e majestoso edifício do Império Brasiliense para cevar seus sórdidos intentos” (106).

As expressões “Anjos Tutelares da Regeneração Brasileira”, “País da Pátria”, “Patriarca da Independência” começavam a fixar-se. Labatut em carta a José Bonifácio em 1822 chamava-o de “Pai da Pátria” e de “Patriarca da Independência”.

A propaganda de José Bonifácio e dos Andradas era feita principalmente pelo Tamoio, jornal publicado sob a responsabilidade de amigos pessoais dos Andradas, cujo primeiro número apareceu a 12 de agosto de 1823, menos de um mês após a queda definitiva dos Andradas (16 de julho de 1823) e que, como observou Caio Prado Jr., é um legítimo representante da sua política e do seu pensamento (107).

Suas páginas dão-nos uma imagem de José Bonifácio que acabou por se fixar na historiografia, representando o que se poderia chamar de versão andradina do movimento da Independência: “limpeza de mãos, pureza de vida, desprezo de honras vãs”, “bom filho, bom pai, bom marido, bom irmão, bom parente, bom amigo” eis o retrato de José Bonifácio na edição de 26 de agosto de 1823. Fora ele quem erguera o abatido espírito nacional, restituindo a dignidade de um povo inteiro tornara possível o aparecimento de uma marinha e de um exército”. Respondendo à pergunta: Para

(105) José da Silva Lisboa, *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, 1830, vol. IV, parte X, secção III, pág. 67 e segs.

(106) Uma representação popular com numerosas assinaturas solicitava a D. Pedro, a 30 de outubro de 1822, a reintegração de José Bonifácio e de outros ministros (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos para a História da Independência, I, Lisboa, Of. Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1923, pág. 402 e segs.

(107) O Tamoio (introdução de Caio Prado Jr.) op. cit. . . Veja-se ainda Caio Prado Jr. A evolução política do Brasil, e outros estudos, Edit. Brasiliense, São Paulo, 1953, pág. 196.

Prevaleceriam nos primeiros números da revista os estudos de História Política, os temas referentes a indígenas, e os roteiros antigos. A história colonial absorvia as maiores atenções.

Data desta época a obra de Varnhagen que se tornou clássica na literatura histórica — como expressão típica da historiografia erudita no Brasil. Consulta aos documentos e objetividade eram os seus ideais de historiador. A História não deve ser um mero poema nacionalista a entoar as glórias do passado. “Cada dia nos convencemos que a História é um ramo da crítica e não da eloquência”, dizia Varnhagen, “perante o seu tribunal o historiador não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça” e mais adiante reafirmava: “Como temos dito por vezes, a escola histórica a que pertencemos é estranha a essa demasiado sentimental, que pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade” (122). Antecipando a possível decepção dos leitores advertia: “o amor à verdade nos obrigará, mais de uma vez, a combater certas crenças ou ilusões a que já nos havíamos acostumado a respeitar”.

Primeiro estabelecer o fato, depois julgá-lo, buscar na História a explicação dos problemas presentes: postulados da História científica e erudita que se generalizava na Europa, passados os arroubos do romantismo, eram as premissas a partir das quais Varnhagen escreveria a “História da Independência” (123) e “julgaria” José Bonifácio. A intenção de imparcialidade e objetividade encontravam seus próprios limites no seu método. Procurando ser mediador e juiz dos testemunhos contraditórios, fazia uma análise subjetiva dos fatos, optando por uma das versões correntes no tempo. Sua história não se eleva acima do nível testemunhal, apoiando-se nas informações históricas de Cairu, nas notícias publicadas no Reverbero, a Malagueta, o Espelho,

(122) Francisco A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, prefácio da 2.^a ed. transcrito na 3.^a ed. vol. I, pág. XII.

(123) Francisco A. de Varnhagen, *História da Independência do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole (...)* 3.^a edição, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1957, (ed. revista e anotada pelo prof. Hélio Viana).

o Regenerador, e nas informações colhidas pelo autor desde 1849, entre políticos que participaram dos acontecimentos da Independência: os marquêzes de Paranaguá, Valença, Rezende, Monte Alegre, Sapucaí, e ainda Gonçalves Lêdo, Januário da Cunha Barbosa, Rafael Tobias e outros. Utiliza ainda as correspondências oficiais dos agentes diplomáticos e consulares: espanhóis, franceses, ingleses, austríacos, que a sua carreira diplomática permitia consultar. Sua história é providencialista e monarquista, revelando o ponto de vista dos grupos que assumiram o poder com a Maioridade. É o historiador oficial do Segundo Império. Não obstante seus propósitos de objetividade e sua inegável erudição, ao descrever a proclamação da Independência menciona o “gênio da glória” que inspira D. Pedro, e ao analisar a reação no Brasil diante da atitude nitidamente recolonizadora assumida pelas Côrtes portuguesas, anota que “todos os individuos mais respeitáveis tanto funcionários como escritores ou simples pensadores” (124) consideravam vantajosa a continuação da união a Portugal. Como pensavam os menos respeitáveis não nos informa Varnhagen, como também nada diz sobre a importância política dos grupos compostos pelos “não respeitáveis”, na ocasião. Em relação a José Bonifácio revela pouca simpatia endossando a versão anti-andradina. Seu pai quando trabalhava na Fábrica de Ferro Ipanema fôra alvo das criticas dos Andradas, numa memória mineralógica que escreveram, acabando por se indispôr com êstes. O filho conservaria uma visão negativa de José Bonifácio refazendo embora, num estilo mais sereno, a maior parte do caminho percorrido pelos detractores de José Bonifácio. Procurava apresentar José Bonifácio como vingativo, arbitrário, dando grande importância a êstes aspectos psicológicos desfavoráveis para explicar fatos da maior importância histórica.

A historiografia erudita de Varnhagen não romperia com a tradição grandiloquente, e apesar de filiar-se à versão anti-andradina, não conseguiria esmaecer o prestígio do Patriarca. A versão andradina continuaria a vicejar alimentada pelo patriotismo nacionalista, pelo culto positivista dos heróis, e mais tarde, já no século XX, pelo regionalismo

(124) *Idem*, op. cit., pág. 87.

paulista. Numa apresentação de José Bonifácio, Afrânio Peixoto comentaria prazerosamente em 1922: “não é de hoje que São Paulo governa o Brasil”.

A lenda de José Bonifácio embora submetida à crítica, resistiu. Os historiadores continuaram a apegar-se aos depoimentos testemunhais oscilando entre a versão heroica e a versão anti-andradina. A luta pela emancipação dos escravos traria José Bonifácio à baila várias vezes. Seu opúsculo sobre a Escravatura teve inúmeras edições — a primeira é de 1825, no ano seguinte foi publicada uma edição em inglês, em 1833 aparecia nova edição em português, e uma outra em 1840. Em 1851 era editada no Ceará, e em 1884 nova edição era lançada no Rio de Janeiro (125).

Positivistas e abolicionistas veiculariam a lenda andradina. A sete de setembro de 1881, Miguel Lemos, chefe do centro positivista, o Apostolado, saudou a José Bonifácio. Ao publicar “O Positivismo e a Escravidão Moderna” elogiava o opúsculo de José Bonifácio sobre a escravidão (126). Num artigo publicado a 7 de agosto de 1883 no *Jornal do Comércio*, Miguel Lemos afirmava que no opúsculo sobre a Escravidão encontravam-se os princípios “que mais tarde haviam de receber, com a fundação da sociologia por Auguste Comte, a sua demonstração científica, isto é, que a propriedade tem uma razão de ser social e só pode estender-se ao capital material da Humanidade composto de instrumentos e provisões, com exclusão dos agentes do trabalho”.

O opúsculo de José Bonifácio seria citado pelo barão Homem de Melo no seu “Esbôço Biográfico de José Bonifácio” (127) e por Perdigão Malheiros em 1867. Em 1881, *O Abolicionista*, órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, publicava o projeto do “patriarca”, Ferreira de Menezes na *Gazeta da Tarde* fazia elogios a José Bonifácio e num artigo intitulado: “José Bonifácio e os Positivistas”, criticaria a atitude escravocrata de alguns positivistas de Itú e Jacareí, mostrando que já em 1825 José Bonifácio era abolicionista.

(125) Bibliografia de José Bonifácio no *Boletim da Câmara dos Deputados*, janeiro-junho, 1963, págs. 170-215.

(126) Ivan Lins, *Três abolicionistas esquecidos*, *Jornal do Comércio*, 17 de junho de 1938.

(127) *Idem. Idem.*

Os positivistas, aos quais agradava a versão de José Bonifácio quanto aos princípios metafísicos e às revoluções, seus anseios de positividade, sua preferência pelas soluções moderadas e reformistas, estimulariam as festividades cívicas e o culto do herói nacional ⁽¹²⁸⁾, sendo, em parte, responsáveis pela preservação da lenda andradina.

A figura do patriarca, politicamente conservador, pouco amigo dos “excessos democráticos”, e da liberdade sem medidas, agradaria aos políticos e ideólogos que continuavam durante o Segundo Império e Primeira República a seguir o ideal de um poder executivo forte, procurando conciliar a ordem (vigente) com a liberdade. Explicitando este ponto de vista, Tavares de Lyra, num artigo publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ⁽¹²⁹⁾, por ocasião do primeiro centenário da Independência, confessa “...se o julgo o vulto primordial daquela jornada gloriosa, é porque em um meio de demolidores beneméritos, soube conciliar a ordem com a liberdade, preservando das agitações e das lutas que ensanguentaram as Repúblicas vizinhas, salvando com o Império a nossa integridade territorial”. Para estes homens para quem “os transbordamentos das democracias têm mais importância destrutiva do que os crimes de qualquer tirano” ⁽¹³⁰⁾ José Bonifácio afigurava-se um homem providencial.

Valorizado pelos abolicionistas por seu programa emancipador, pelos progressistas por suas avançadas idéias econômicas e sociais, e pelos conservadores, por suas idéias políticas conservadoras, José Bonifácio ganharia prestígio nos primeiros anos da República. A lenda heróica firmava-se. Ao mesmo tempo progrediam os estudos históricos sob o influxo das ciências sociais: Sociologia, Antropologia, Geografia Humana. Os historiadores não se contentariam em localizar novos documentos, procurariam descobrir as relações mais profundas, os nexos entre os fundamentos econômicos e as idéias ⁽¹³¹⁾. Alargava-se a perspectiva do historiador e os personagens e episódios políticos tenderiam

(128) Venâncio Neiva, *op. cit.*, pág. 270.

(129) R.I.H.G.B., 1922. O ano do Centenário da Independência, pág. 242.

(130) *Idem*, *op. cit.*, pág. 435.

(131) J. H. Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, I - 174.

a ocupar um segundo plano. Não cessavam, no entanto, as polêmicas em torno de José Bonifácio. Versão andradina e anti-andradina continuavam a atrair adeptos. Tristão de Alencar Araripe, adotando a perspectiva anti-andradina, retomaria em 1894, a discussão num artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título sugestivo de "Patriarcas da Independência" (132). Seguiram seus passos: Assis Cintra numa historiografia "primária" e sensacionalista, Calógeras e João Ribeiro, em obras de caráter geral. Os estudos de Alberto Lamago, Tobias Monteiro e Heitor Lira (1926-1945) enquadram-se igualmente na versão anti-andradina (133).

Historiando pela primeira vez as contradições da historiografia andradina, Alberto de Souza (134) faria a apologia dos Andradas, refutando as críticas feitas a José Bonifácio, principalmente as de Varnhagen. Sua obra reflete o orgulho paulista de dar à São Paulo a iniciativa dos momentos fundamentais da Independência.

A historiografia da Independência até os anos 30 limitou-se a retocar as versões tradicionais conservando imagens idealizadas de José Bonifácio.

A humanização de imagem de José Bonifácio.

A imagem negra e pessimista que os detratores de José Bonifácio se empenharam em traçar, dificilmente se concilia com a personalidade que emerge nas suas qualidades e fraquezas, da abundante correspondência, notas e observações que deixou José Bonifácio, ou do relato despreocupado de vêzo político que viajantes, como Maria Graham (135), ou Eschwege deixaram sobre sua intimidade: a de um homem dotado de grande curiosidade intelectual, constantemente insatisfeito consigo próprio, temperamento impetuoso e vio-

(132) Tristão de Alencar Araripe, *Patriarcas da Independência*, R.I.H.G.B., (57): 166-184, Rio de Janeiro, 1894.

(133) J. H. Rodrigues, prefácio *Obras Científicas Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, op. cit., vol. II, págs. 5-25.

(134) Alberto de Souza — *Os Andradas*. Obra comemorativa do 1.º Centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara de Santos, São Paulo, Tipografia Piratininga, 1922, 3 vols.

(135) Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo, C.E.N. (1956).

lento, gaiato e mordaz, língua ferina e livre, chocando com sua volubilidade e irreverência os homens revestidos de uma pretensa seriedade — que em geral oculta um espírito acanhado e provinciano —, intransigente com os que não lhe mereciam confiança, extravazando sua irritação com facilidade, e com a mesma facilidade perdoadando as faltas que pouco antes condenara. Ninguém melhor do que Otávio Tarquínio de Souza (136) retratou a figura humana de José Bonifácio, que, um século e meio depois sentimos ainda palpitar de vida nas páginas amarelecidas pelo tempo, onde sua letra apressada registrou o que sentia e observava.

Em Tarquínio as qualidades de escritor sobrelevam as de historiador. A História é para êle “ciência e arte”; “o trabalho do historiador com a necessidade de provas em que se apoie a certeza do conhecimento histórico, tem caráter científico, não há história sem fontes, sem pesquisas, sem documentos; mas a elaboração histórica participa sob vários aspectos da obra de arte, colocando-se muitas vezes o historiador numa atitude semelhante a do pintor que organiza os valores pictóricos segundo uma hierarquia subjetivamente inspirada. “Em nenhuma tarefa a história se aproxima mais da obra do artista do que na biografia” disse estava consciente Tarquínio.

A influência de novas tendências no campo da teoria da história e da metodologia são evidentes na obra de Tarquínio. Segue a orientação de Dilthey, Windelband, Rickert, e Xenopol. Para êle, natureza e cultura, natureza e história devem ser apreciadas segundo métodos distintos. A história é a história do homem, e os fatos históricos caracterizam-se por serem individuais, únicos, não se subordinando ao conceito de leis. Daí a autonomia dos fatos históricos e a necessidade de estudá-los com métodos próprios diferentes das ciências da natureza. Todo homem tem uma dimensão pessoal e uma dimensão histórica, as duas justapõem-se, confundem-se nos seus limites. Embora como homem, como sêr social, seja necessariamente representante da sociedade em que vive, à qual está vinculado, existe sempre no seu âmago uma “zona de maior hermetismo”. Essa intimidade,

(136) Otávio Tarquínio de Souza, José Bonifácio, 1763-1838, Rio de Janeiro. José Olympio, 1945 (2.ª ed. em 1957) págs. 15 e 16. Sobre Tarquínio veja-se o artigo de J. H. Rodrigues, História e historiadores do Brasil, São Paulo (Fulgor, 1965) págs 148-158.

essa peculiaridade que faz de cada indivíduo o ser único é, na opinião de Tarquínio, fundamental para o biógrafo. Tão fundamental quanto visualizar o personagem no que tem de comum com a sua época e seu meio. O homem age sobre o meio e está condicionado por este, só podendo ser conhecido pela História, na qual ele se realiza. Para Tarquínio, a tarefa do historiador é “recriar a vida que se extinguiu”, “restaurar o tempo que passou” (137). Daí a sua preocupação, ao traçar a biografia de José Bonifácio, em estudar o homem na sua especificidade e na sua conexão com o mundo histórico, um homem que é, ao mesmo tempo, “*ange et bête*”, indivíduo e agente social. Para atingir seu objetivo, usa amplamente a documentação pessoal de José Bonifácio adotando o método psicológico, procurando através de uma atitude compreensiva, colocar-se no papel do personagem.

Na análise que faz de José Bonifácio realiza plenamente seu ideal de historiador. Não apresenta apenas o político. Penetra na sua intimidade. Chama atenção para o seu programa econômico e social, até então pouco valorizado pela historiografia tradicional.

Com sua penetração simpática, a imagem tradicional de José Bonifácio ganha profundidade e assume formas humanas. Não é mais a figura despótica do ministro de D. Pedro da versão anti-andradina, nem a cavalheiresca figura sem jaça, nem fraquezas, da versão andradina. O José Bonifácio descrito por Tarquínio é um homem que assistimos amar e odiar, conduzir-se criteriosamente e desmandar-se, irritado com as críticas dos inimigos, perseguindo-os às vezes, por confundir os interesses da pátria com seus planos de ação, e seus inimigos com os inimigos da pátria. José Bonifácio aparece humanizado, em comparação com os retratos traçados por outros historiadores. Dêste processo de humanização, no entanto, a versão andradina sai intacta: — verdadeiro sábio, — José Bonifácio levava a termo uma grande tarefa, a emancipação do Brasil, sem prejuízo da sua unidade, a liberdade da terra, sem caudilhos, ou tiranos, e militares. “Obra de construtor da nacionalidade”, “Obra imensa de guia de um povo”.

(137) Octávio Tarquínio de Souza, *op. cit.*, 2.^a ed. pág. 16.

Tanto se esforçou por realizar uma penetração simpática que acabou criando uma imagem muito próxima daquela que éle próprio (José Bonifácio) fazia de si e dos acontecimentos. Para isso muito contribuiu o convívio com as notas e fragmentos de observações deixadas por José Bonifácio e o método psicológico que utilizou.

Grande é a capacidade de comunicação de Tarquínio. Com éle vivemos juntos a juventude de José Bonifácio, com éle empenhamo-nos na luta pela consolidação da Independência, e nos exasperamos com a oposição feita a José Bonifácio, com éle envelhecemos sob o péso de doenças, injustiças, e decepções na palidez e magreza do septuagenário, os cabelos inteiramente brancos, a lentidão no andar; todos os sinais enfim de uma irremediável velhice. Difícil é escapar ao fascínio da sua pena para julgar objetivamente o retrato que nos faz do homem e da sua época. Feita a análise verificamos no entanto que se o livro de Tarquínio esclarece sobre a personalidade de José Bonifácio, pouco informa sobre o processo histórico da Independência. Embora agradável e informativa nos detalhes, a leitura que nos propicia a "História dos Fundadores do Império", que pretende através de abordagens biográficas, reconstituir o processo da Independência, revela os limites do método psicológico e biográfico na interpretação histórica. Conservador, Tarquínio identifica-se com os personagens, dando uma imagem fragmentária e subjetiva dos acontecimentos. A lenda andradina sai plenamente reabilitada; sua obra nos dá a imagem de José Bonifácio visto por si mesmo.

Uma revolução nos métodos tradicionais

Verdadeira revolução nas concepções historiográficas tradicionais operou a historiografia marxista, acarretando uma reavaliação do papel desempenhado por José Bonifácio. O primeiro a realizá-lo foi Caio Prado Jr. Sua concepção de História encontra-se resumida em poucas palavras no prefácio da "História Econômica do Brasil" — A História não é um enumeração de fatos numa sequência cronológica, é uma tentativa de interpretação. O verdadeiro objetivo da História é "penetrar os fatos, explicá-los e relacioná-los entre si, fazer-lhes a síntese. Numa palavra, elaborar cientificamente o assunto". O ponto de partida de qualquer interpretação é necessariamente uma posição filosófica, no

caso a dialética materialista, a base única sobre a qual, na sua opinião, se deve erguer a ciência dos fatos sociais ⁽¹³⁸⁾. A partir desta perspectiva Caio Prado Jr. procurou escrever uma História que não fôsse “a glorificação das classes dirigentes” ⁽¹³⁹⁾. O resultado dessa tentativa foi uma revisão total da História do Brasil.

Num estudo sobre O Tamoio, a política dos Andradas e a Independência, reexamina sob o novo prisma metodológico, o desempenho de José Bonifácio. “Figura marcante, de grande personalidade mas que não se compreende sem uma análise atenta dos acontecimentos da época, de que êle é em grande parte um puro reflexo” ⁽¹⁴⁰⁾. Criticando a visão tradicional da Independência, segundo a qual o processo da emancipação é definido de maneira simplista, numa oposição entre metrópole e a colônia, desprezando a luta social interna, observa que a Independência é resultante de “um conflito intenso e prolongado de classes e grupos sociais”. Obtida a Independência, as divergências momentaneamente paralizadas, rompem-se de novo com redobrada violência. De um lado estavam a classe média e baixa da população, à exceção dos escravos, cuja atitude era de passividade diante do movimento. Eram estas as que sustentavam mais ativamente o movimento constitucionalista. De outro lado, os elementos tradicionalistas, os reacionários “subdivididos em tendências diversas, mas decididos a lutar contra a revolução”. Nêste grupo misturavam-se elementos da nobreza portuguesa e outros que no Brasil tiveram seus interesses ligados à côrte, portugueses e brasileiros ligados a interesses mercantis, financeiros e burocráticos, que desconfiavam da revolução constitucionalista, pretendendo a manutenção da ordem, sem grandes alterações, temerosos dos efeitos de uma revolução democrática.

Organizados em partidos, ressuscitada a maçonaria, os democratas lutariam pela imprensa principalmente através do Reverbero Constitucional Fluminense. Seus chefes principais seriam Gonçalves Lêdo e Januário da Cunha Barbosa.

(138) Caio Prado Jr., *História Económica do Brasil*, São Paulo, Edit. Brasiliense Ltda., 1945, pág. 7.

(139) Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, Empresa Gráfica Rev. dos Tribunais, São Paulo, 1933, pág. 8.

(140) O Tamoio, op. cit., Introdução, pág. 11.

No clube da Resistência reuniam-se os reacionários, Vasconcelos Drummond e França Miranda, futuros redatores do Tamoio, então incluídos entre seus membros.

José Bonifácio, cuja posição social apareceria aos olhos dos reacionários como uma garantia, seria chamado a desempenhar um importante papel. No governo seria “um representante de sua classe e partido”. A divergência entre democratas e conservadores, entre os quais se encontrava José Bonifácio, não tardaria em se manifestar, embora momentaneamente estivessem unidos em torno da idéia da Independência. Realizada a Independência, as agitações recomeçam com maior intensidade. José Bonifácio toma medidas que desagradam o partido que o levara ao poder e no qual se apoiava. O núcleo central dos conservadores constituía-se de elementos que formavam a classe mais abastada e privilegiada e socialmente representativa, recrutada principalmente entre os lusos. A guerra da Independência se situaria no terreno da oposição aos privilégios econômicos e sociais dos nativos do Reino Europeu. A tarefa do ministro era contraditória: consolidar a Independência com aqueles mesmos que começavam a olhá-lo com desconfiança, na medida em que ameaçava seus privilégios. Por outro lado, sua formação ideológica afastava-o dos democratas que naquele momento representavam os únicos partidários da Independência pois se insurgiam contra o sistema social e econômico que sustentava e era sustentado por aqueles privilégios. Essa contradição derrubaria o ministério Andrada, isolado entre duas frentes que o esmagariam.

O mérito de José Bonifácio e dos Andradas foi o de ter contribuído para desmascarar as manobras excusas que os elementos mais reacionários realizavam em torno de D. Pedro visando a uma reaproximação com Portugal. Lamentavelmente, sua aversão à democracia e ao liberalismo o impediram de ser mais coerente, ligando-se àqueles que lutavam contra os privilégios portugueses, empenhados em liquidar a herança colonial e cimentar a independência do Brasil sobre base democrática. Para Caio Prado Jr., a incompatibilidade de José Bonifácio com esses grupos é tanto mais de se lastimar, quanto José Bonifácio era dos poucos que tinham uma intuição clara dos principais aspectos econômicos e sociais da democracia brasileira. Sua formação e sua idade, teriam contribuído para que não pudesse com-

preender os aspectos políticos. No Império se perpetuariam traços do regime colonial e uma parcela da responsabilidade cabe a José Bonifácio.

José Bonifácio aparece no estudo de Caio Prado Jr. como um homem alçado ao poder, detendo a responsabilidade da orientação política num momento de profunda agitação social e política, quando vinham à tona as contradições econômicas e sociais existentes na sociedade e as divergências entre as aspirações dos vários grupos, uns voltados para o passado, outros visando a Independência para a consolidação dos privilégios obtidos, desejando fixar o *status quo*, outros ainda pretendendo levar a revolução às suas últimas consequências.

Embora lamente a falta de entrosamento entre José Bonifácio e os liberais, Caio Prado Jr. lembra que “as camadas populares não se encontravam politicamente maduras para fazer prevalecer suas reivindicações, nem as condições objetivas do Brasil eram, no momento, favoráveis para a sua libertação econômica e social”. A revolução não iria além daquilo para que o Brasil estava preparado: a liberdade do jugo colonial e a emancipação política”. Reformas mais profundas teriam de aguardar épocas mais maduras”. Tais afirmações levam-nos a indagar: se faltavam condições objetivas para realização de certas reformas que viessem a satisfazer as camadas populares, se as facções democráticas não conseguiram ir além de “aspirações confusas muito mais destrutivas que construtivas”⁽¹⁴¹⁾ de caráter vago e abstrato sem se apoiarem numa sólida base econômica e social, usando de uma linguagem demagógica e não de programas definidos. Se seus porta-vozes, incapazes de assumirem uma liderança verdadeira colocam-se, no dizer de Caio Prado Jr., “a reboque das classes abastadas que deles se servem na luta comum contra a ação recolonizadora”; se mais tarde, depois da Abolição, revelaram-se incapazes de levar avante a revolução desejada, teria José Bonifácio condições para ser melhor sucedido.

O mérito de Caio Prado Jr. é ter saído do nível subjetivos dos testemunhos procurando identificar no jôgo das contra-

(141) Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Edit. Brasiliense, São Paulo, 1953, págs. 48, 56 e 57.

dições objetivas o sentido do processo. José Bonifácio aparece como um representante, no governo, de sua classe e partido, a desempenhar importante papel no movimento da Independência, que é visto como um conflito intenso e prolongado de classes e grupos sociais. A análise das condições e dos grupos passa para o primeiro plano. A ação pessoal dos líderes da Independência fica subordinada à análise do processo.

Na obra de Nelson Werneck Sodré, essas tendências são levadas às suas últimas consequências e na "Formação Histórica do Brasil", o movimento da Independência é caracterizado como um longo processo no qual os indivíduos desaparecem. O processo de emancipação é estudado num contexto amplo abrangendo as transformações decorrentes da revolução industrial, das ideologias européias dos movimentos similares que ocorrem em outras regiões da América. Contradições internas e externas; a estrutura interna e a conjuntura internacional são estudadas para a compreensão do movimento da Independência, considerado uma realização da "classe dominante", porta-voz dos interesses nacionais, a única capaz de levá-lo a cabo, na ocasião. A partir desta perspectiva, os fatos tradicionalmente reputados significativos, as lutas pessoais, as efemérides, passam ao segundo plano. Essa interpretação da emancipação política do Brasil resulta da concepção que Nelson Werneck Sodré tem da História; "A História é uma ciência social, seu objetivo é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo". Da sociedade, frisa ele, não dos indivíduos. Em completa oposição à opinião de Varnhagen e Tarquínio, afirma que o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível, considerados pelos historiadores tradicionais como o objeto do conhecimento histórico, não são suscetíveis de tratamento científico, não pertencem ao domínio da História. Empenhando-se na revisão da História do Brasil, Nelson Werneck Sodré visa menos ao estudo dos acontecimentos e dos personagens, do que à análise do processo visto como totalidade. Como se preocupa com o processo e não com os homens isolados que na sua perspectiva não tem grande importância na História, José Bonifácio é deixado nas sombras do passado.

Poder-se-ia alegar que tanto a obra de Caio Prado Jr., quanto a de Werneck Sodré não têm por objetivo estudar

especificamente o processo da Independência ⁽¹⁴²⁾ sendo portanto natural que deem menor atenção à atuação e à personalidade de José Bonifácio. Basta, no entanto, um simples confronto entre essas obras e os manuais de História do Brasil, tradicionais, para verificar que as diferenças metodológicas entre estes novos tipos de abordagem e a Historiografia tradicional explicam a menor ou maior atenção dada à ação dos personagens. Enquanto na historiografia romântica e erudita os acontecimentos e personagens ocupam o primeiro plano, sendo os fatos constituídos a partir das informações dos testemunhos, e expostos numa ordem cronológica fornecida pelo testemunho, ponto de partida e de chegada da obra histórica, na nova concepção de História os depoimentos testemunhais e as visões subjetivas são apenas o ponto de partida para a identificação de uma estrutura objetiva, que não raro escapa à consciência dos agentes do processo.

Partindo do pressuposto que a história é dada através dos conteúdos conscientes ou inconscientes dos agentes do processo, a historiografia tradicional foi levada a supervalorizar os documentos de natureza testemunhal, definindo seu método crítico em termos de crítica de procedência (externa) e credibilidade (interna) cujas exigências uma vez satisfeitas trariam a garantia da verdade Histórica. Verificada a procedência e autenticidade do documento, analisando seu conteúdo, firmada a certeza do que o autor quiz dizer, analisadas as condições em que o documento se produziu, verificada a exatidão e sinceridade dos informes, o historiador poderia confiar no testemunho. Para contróle recorreria a outros depoimentos, procedendo sempre, em cada caso, na mesma forma.

A crítica histórica reduz-se assim a um enunciado sobre "sujeitos" e sobre como estes vêm a realidade e a si mesmos ⁽¹⁴³⁾. A despeito do aparato erudito, o resultado é a crônica subjetiva que permanece no nível do depoimento testemunhal. Os fatos reputados importantes pelos testemunhos são os fatos reputados significativos pelo historiador.

(142) Exceção feita a obra de Nelson Werneck Sodré — *As razões da Independência, Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1955.

(143) As considerações acima nos foram sugeridas pela leitura do artigo de Theodor Adorno sobre a sociologia empírica (*Theodor Adorno Wesen und Wirklichkeit des Menschen, Sociologia II*, 1962).

Quando os depoimentos são contraditórios o historiador decide-se por uma versão ou outra, ou tenta dar razão a ambas, numa interpretação conciliatória.

O resultado é que os fatos históricos reduzem-se a fatos de opinião, deixando-se de lado toda a história que escapa à consciência dos agentes históricos ou se revela de forma contraditória à sua consciência, esquecendo-se que no ponto de vista do testemunho reflete-se a objetividade social sempre de forma parcial e desfigurada, podendo porisso os documentos ser autênticos, os testemunhos sinceros, e o depoimento revelar uma falsa consciência dos mecanismos sociais que estão vivendo.

O método tradicional não permite ultrapassar o nível da subjetividade como fica demonstrado no estudo da historiografia sobre José Bonifácio.

Enquanto os historiadores permaneceram no nível dos testemunhos foram envolvidos pelos mitos e paixões políticas do passado, optando entre as versões contrárias, preferindo uns endossar o ponto de vista de José Bonifácio e seus partidários, preferindo outros, assumir as perspectivas de Gonçalves Lêdo, Januário da Cunha Barbosa, Feijó, outros ainda, tentando conciliar os pontos de vista contraditórios. Em qualquer dos casos, a análise histórica foi reduzida à uma descrição dos motivos e lutas pessoais dos personagens que atuaram na cena política como se a História pudesse ser explicada pelo arbítrio de meia dúzia de homens.

A busca da estrutura social, na direção da qual aponta a nova historiografia, permite superar a dificuldade. A partir da análise estrutural os dados de opinião adquirem novo sentido, quando confrontados com a constituição real daquilo sobre o que versam as opiniões. A história de José Bonifácio deixa de ser a história de José Bonifácio visto por si mesmo e por seus contemporâneos para ser a história de sua participação objetiva no processo de emancipação política no país.

As novas diretrizes metodológicas propõem uma mudança na direção da pesquisa: a História não é mais escrita a partir apenas do que os homens pensam, mas do sentido que seus pensamentos e atos assumem dentro do processo, examinadas as condições de possibilidade objetiva de seus ideais e de sua atuação. A partir da nova perspectiva pode-

se esperar que despersonalizando-se o estudo do movimento da Independência, possa o historiador libertar-se do peso das versões apaixonadas e míticas que têm dificultado o conhecimento do período. O risco que a nova orientação oferece está em considerar o processo como algo mecânico, automático, que tem sua lógica própria, independente da ação humana, esquecendo que a História é sempre dos homens, não do homem abstrato, genérico, mas do homem concreto, historicamente determinado, e historicamente determinante.

A alternativa diante da qual se vê o historiador: tomar o subjetivo pelo objetivo, ou sobrepor um "objetivo apriori" ao subjetivo é superada na análise que visa a identificar as estruturas através da documentação e criticar os testemunhos, remetendo-os à estrutura.

A imagem do patriarca da Independência, forjada no calor das lutas políticas, por ocasião da Independência, perpetuou-se na História. O caráter contraditório de seu programa, politicamente conservador, mas avançado no nível econômico e social possibilitou a sobrevivência da imagem de José Bonifácio, herói nacional, na medida em que na sociedade brasileira sobreviveram o liberalismo anti-democrático, a desconfiança em relação às soluções revolucionárias, a preferência pelas fórmulas reformistas e gradualistas, o receio à "suja e caótica democracia" (144), o ideal de integração nacional, e, ao mesmo tempo que o processo de modernização do país, os avanços do capitalismo vieram dar razão ao seu programa em favor do trabalho livre, da mecanização da lavoura, suas críticas ao latifúndio improdutivo, suas idéias em favor de uma Confederação Americana (145).

À margem dos esforços da historiografia, a lenda andradina persiste no que tem de mais irredutível: o mito da nacionalidade. José Bonifácio representando os anseios de emancipação do jugo colonial continua a ser reverenciado pela sociedade como símbolo dos esforços pela consecução desse ideal, como tal, sua imagem permanece intacta enquanto perdurem as idéias de nacionalismo, autonomia, integração nacional.

(144) Palavras de José Bonifácio já citadas anteriormente, apud. Venâncio F. Neiva, op. cit., pág. 249.

(145) Gondim da Fonseca — A vida de José Bonifácio. Nacionalista, republicano, homem de esquerda, S. Paulo, Fulgor Ltda., 1963.